

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BEN-HUR KLAUS CUESTA DUARTE

**TÉCNICAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A HOMOLOGAÇÃO DE
SENTENÇA ESTRANGEIRA**

CURITIBA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BEN-HUR KLAUS CUESTA DUARTE

**TÉCNICAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A HOMOLOGAÇÃO DE
SENTENÇA ESTRANGEIRA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito – Habilitação em Direito das Relações Sociais, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Marcelo Kozikoski

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

BEN-HUR KLAUS CUESTA DUARTE

TÉCNICAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

SANDRO MARCELO KOZIKOSKI

Orientador

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

Primeiro Membro

RITA DE CÁSSIA CORRÊA DE VASCONCELOS

Segundo Membro

Curitiba, 27 de novembro de 2017.

RESUMO

O presente trabalho analisa brevemente os mecanismos de cooperação jurídica internacional, com ênfase na homologação de sentença estrangeira, objetivando explicar a utilidade dos aparatos internacionais no ordenamento jurídico nacional. A metodologia de pesquisa parte da análise dos conceitos de cooperação internacional, demonstrando a importância do tema para a comunidade acadêmica e seu desenvolvimento no território brasileiro. Outrossim, são abordados, sucintamente, as técnicas de cooperação jurídica em espécie: a carta rogatória, o auxílio direto e a homologação de sentença estrangeira, analisados sob a perspectiva e vigência do Código de Processo Civil de 2015. A fim de delimitar o instituto da cooperação internacional e seus mecanismos de efetivação, foi realizado o levantamento da legislação e jurisprudência pertinentes e uma breve crítica a partir da doutrina jurídica especializada, sendo possível identificar certos aspectos que demonstram a sua importância no plano prático. Os resultados da pesquisa evidenciam que, muito embora a intenção do legislador brasileiro seja louvável com uma maior normatização sobre o tema da cooperação internacional no Código de Processo Civil de 2015, o processamento da homologação de sentença estrangeira ainda persistirá muito moroso.

Palavras-chave: Cooperação jurídica internacional. Técnicas cooperacionais. Homologação de sentença estrangeira. Código de Processo Civil de 2015.

ABSTRACT

The present work briefly analyzes the mechanism of international legal cooperation, with emphasis on the foreign sentence homologation, aiming to explain the usefulness of the international apparatuses in the national legal order. The methodology of research starts by the analysis of concepts of international subjects, demonstrating the importance of this theme for the academic community and its development in the Brazilian territory. In addition, It studies, succinctly, the techniques of international legal cooperation in species: the rogatory letter, the direct aid and the foreign sentence homologation, analyzed under the perspective and validity of the code of Civil Procedure of 2015. In order to delimit the institute of international cooperation and its mechanisms of effectiveness, It was conducted a survey of the relevant legislation and jurisprudence and a brief critical analysis from the specialized legal doctrine, being possible to identify certain aspects that demonstrate its importance in a practical plan. The results of the research shows that, although the intention of the Brazilian legislator is praiseworthy with a greater standardization on the subject of the international organization in the Code of Civil Procedure of 2015, the processing of the foreign sentence homologation will persist very slowly.

Keywords: International legal cooperation. Cooperative techniques. Foreign sentence homologation. Code of Civil Procedure of 2015.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL..... | 13 |
| 2.1 CONCEITO..... | 13 |
| 2.2 FINALIDADE..... | 14 |
| 2.3 SUJEITOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL..... | 15 |
| 2.4 AS VIAS DE COMUNICAÇÃO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL | 16 |
| 2.4.1 A via diplomática..... | 17 |
| 2.4.2 A via da Autoridade Central..... | 18 |
| 2.4.3 A Via do Contato Direto..... | 19 |
| 2.4.4 Formas simplificadas de comunicação..... | 20 |
| 2.5 OS PEDIDOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL..... | 20 |
| 2.5.1 Pedido de envio de pessoas..... | 21 |
| 2.5.2 Pedido de assistência jurídica..... | 22 |
| 2.5.3 Pedido de homologação de sentença estrangeira..... | 22 |
| 2.5.4 Pedido de transferência de sentenciados..... | 22 |
| 2.5.5 Pedido de transferência do processo..... | 22 |
| 2.5.6 Pedido de vigilância de pessoas..... | 23 |
| 2.6 REQUISITOS DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL..... | 23 |
| 2.7 CLASSIFICAÇÕES DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL..... | 23 |
| 2.7.1 Ativa e passiva..... | 23 |
| 2.7.2 Direta e indireta..... | 24 |
| 2.7.3 Matéria cível ou penal..... | 24 |
| 2.7.4 Jurídica ou jurisdicional..... | 24 |
| 2.8 EFICIÊNCIA E GARANTISMO NA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL | 25 |
| 2.8.1 Confiança mútua e solidariedade da cooperação jurídica internacional..... | 25 |
| 2.8.2 Confiança mútua e o caráter universal dos direitos humanos..... | 26 |
| 2.8.3 O padrão normativo dos direitos humanos..... | 27 |
| 2.9 A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO BRASIL..... | 27 |

| | |
|---|-----------|
| 2.9.1 A cooperação jurídica internacional no novo Código de Processo Civil de 2015 | 28 |
| 2.9.1.1 Disposições gerais | 28 |
| 2.9.1.2 Técnicas de cooperação | 29 |
| 2.9.1.3 Os princípios cooperacionais brasileiros | 30 |
| 2.9.1.3.1 Princípio do devido processo legal no Estado requerente | 30 |
| 2.9.1.3.2 Princípio da igualdade de tratamento | 31 |
| 2.9.1.3.3 Princípio da publicidade processual | 32 |
| 2.9.1.3.4 Existência da Autoridade Central | 32 |
| 2.9.1.3.5 Princípio da espontaneidade na transmissão de informações | 33 |
| 2.9.1.4 A resolução nº 09/05 do Superior Tribunal de Justiça | 33 |
| 2.9.1.5 Violação dos princípios da isonomia e do acesso à justiça com a exigência de tratado ou reciprocidade para a efetivação da cooperação jurídica internacional? | 35 |
| 3. TÉCNICAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL | 38 |
| 3.1 O AUXÍLIO DIRETO | 38 |
| 3.1.1 Auxílio direto ativo e passivo | 39 |
| 3.1.2 O auxílio direto no Brasil | 40 |
| 3.1.2.1 Processamento do auxílio direto | 40 |
| 3.1.2.2 Objeto do auxílio direto | 41 |
| 3.2 A CARTA ROGATÓRIA | 42 |
| 3.2.1 Carta rogatória ativa e passiva | 43 |
| 3.2.3 A carta rogatória no Brasil | 44 |
| 3.2.3.1 Do veto do artigo 35 do CPC | 45 |
| 3.2.3.2 Da competência e do processamento | 45 |
| 3.2.3.3 A jurisprudência do STJ e do STF | 46 |
| 3.2.3.3.1 Caráter executório da carta rogatória | 48 |
| 4. A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA | 52 |
| 4.1 HISTÓRICO | 52 |
| 4.1.1 Sistema de deliberação | 54 |
| 4.1.2 Brasil | 55 |
| 4.2 CONCEITO | 57 |
| 4.3 O PROCESSO DE HOMOLOGATÓRIO BRASILEIRO | 57 |

| | |
|--|-----------|
| 4.3.1 Competência..... | 58 |
| 4.3.2 Considerações gerais..... | 59 |
| 4.3.3 Requisitos..... | 60 |
| 4.3.3.1 Competência do juiz prolator..... | 61 |
| 4.3.3.2 Citação do réu..... | 63 |
| 4.3.3.3 Trânsito em julgado..... | 64 |
| 4.3.3.4 Autenticação dos documentos..... | 66 |
| 4.3.3.5 Não ofensa a coisa julgada brasileira..... | 66 |
| 4.3.3.6 Tradução oficial..... | 67 |
| 4.3.3.7 Proibição de sentenças estrangeiras contrárias à ordem pública brasileira. . | 67 |
| 4.3.4 Objeto da homologação..... | 68 |
| 4.3.5 Recursos e procedimentos..... | 70 |
| 4.3.6 Homologação de sentença arbitral estrangeira..... | 75 |
| 4.3.6.1 <i>Leading case</i> | 76 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 78 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 80 |

1. INTRODUÇÃO

A crescente internacionalização da economia e o trânsito de pessoas aumentam a quantidade de demandas, tanto no âmbito nacional, quanto no âmbito internacional. As lides transnacionais demandam um tratamento diferenciado para a sua resolução, haja vista a pluralidade e confluência de ordenamentos jurídicos nos conflitos internacionais. Sendo assim, há uma necessidade de cooperação jurídica entre os Estados para uma solução adequada para os ordenamentos jurídicos distintos, que garantam uma maior segurança jurídica entre os envolvidos.

A cooperação jurídica internacional nasce nesse viés, para contribuir com informações e prática de atos direcionados à solução de controvérsias que ultrapassem as fronteiras de determinado Estado. Para a solução destas controvérsias internacionais são contempladas técnicas cooperacionais que respeitam a soberania dos países e a garantia dos direitos e garantias fundamentais dos jurisdicionados.

Nesse contexto, a homologação de sentença estrangeira, sendo uma forma de cooperação jurídica internacional, é instrumento de extrema importância no contexto jurídico global, haja vista a possibilidade de garantir eficácia de decisões proferidas no estrangeiro em ordenamento jurídico nacional. Outrossim, ainda que não se possa cogitar de uma uniformidade e convergência no trato da matéria, várias são as atividades corriqueiras ocorridas no estrangeiro que estão suscetíveis a homologação para possuir validade em outro território, como é o casamento e do divórcio.

O presente trabalho pretende abordar as questões atinentes a cooperação jurídica internacional e seus mecanismos de efetivação, principalmente quanto à normatização dos esforços processuais trazidos pelo CPC 2015, com exame da carta rogatória, auxílio direto e a homologação de sentença estrangeira, descrevendo suas hipóteses de cabimento e peculiaridades.

Ademais, objetiva-se demonstrar a relevância da homologação de sentenças estrangeiras e os principais problemas enfrentados no contexto do ordenamento jurídico brasileiro, principalmente quanto à ausência de celeridade de seu procedimento.

A pesquisa se inicia com o estudo do instituto da cooperação jurídica internacional, mostrando sua finalidade e seus princípios, além das normativas importantes sobre o tema.

Em seguida, parte-se para a análise dos mecanismos da carta rogatória e do auxílio direto, apresentando as situações em que ela é cabível, seu procedimento e seus reflexos na jurisdição brasileira.

Por fim, estudar-se-á a homologação estrangeira, discutindo-se a sua evolução histórica, como ela é realizada no Brasil, os órgãos judiciais competentes e os parâmetros e jurisprudências sobre tema.

2. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Ao passo que as relações entre Estados se multiplicam, é inevitável o contato entre duas ou mais soberanias, advindo a necessidade de elaboração de um conteúdo normativo internacional para a regulação dessas relações, objetivando o alcance de objetivos comuns das jurisdições.

Assim, para a efetividade da justiça e das relações internacionais, os Estados devem ter uma postura ativa propiciando interrelacionamento jurídico com outras jurisdições soberanas, para que as pretensões por justiça do indivíduo e da sociedade sejam satisfeitas, garantindo, assim, os direitos fundamentais individuais e coletivos.

Para Paulo Abrão Pires Júnior,

o conceito básico de Estado soberano, administrador das tensões internas em seu território, tem de abarcar a perspectiva internacional. A soberania das regras internas por ele estabelecidas são ameaçadas caso se adote posição unilateralista. Em verdade, a noção de soberania comporta hoje a inevitabilidade da cooperação internacional¹.

As técnicas tradicionalmente utilizadas para a efetivação da cooperação jurídica internacional são: a) a carta rogatória; b) a homologação de sentença estrangeira; c) o auxílio direto. Devido ao relativo consenso na listagem dessas categorias, a recente reforma da legislação processual civil brasileira elencou esses institutos, normatizando-os de forma mais detalhada.

Assim, a cooperação jurídica internacional pressupõe a realização de atos e medidas judiciais, podendo o Estado demandá-los (cooperação jurídica internacional ativa), ou ser demandado (cooperação jurídica passiva).

2.1 CONCEITO

A cooperação jurídica internacional, terminologia utilizada pelo Código de Processo Civil de 2015, pode ser definida, em sentido *lato*, como o “intercâmbio

1BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos : cooperação em matéria civil / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI). – 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2014, p. 14.

internacional para o cumprimento extraterritorial de medidas processuais provenientes do Judiciário de um Estado estrangeiro²”.

Luciano Pereira define cooperação jurídica internacional em seu sentido mais estrito, afirmando que o instituto ora em comento pressupõe um conjunto de medidas, mecanismos e instrumentos pelos quais órgãos competentes dos Estados solicitam e prestam auxílio recíproco para a realização, em seu território, de atos pré-processuais e processuais que interessem à jurisdição estrangeira³.

Importante mencionar que há doutrinadores, como é o caso de Ricardo Perlingeiro, que afirmam que o âmbito administrativo também está abarcado pelo artifício internacional, ampliando, assim, o conceito de cooperação, pois a efetividade da jurisdição, nacional ou estrangeira, pode não depender somente dos órgãos judiciais, mas sim dos órgãos administrativos⁴.

Assim, em apertada síntese, o mecanismo da cooperação internacional poderá ocorrer: a) entre órgãos jurisdicionais; b) entre órgãos administrativos; c) entre órgãos administrativos e jurisdicionais.

2.2 FINALIDADE

A realização de atos judiciais e administrativos praticados em determinado Estado com vistas à efetivação em outra jurisdição soberana deve sempre observar os contornos dessa. Assim, *a priori*, não é possível a execução direta e mediata destes atos sem a autorização expressa do outro Estado.

Por conseguinte, a cooperação recíproca entre as jurisdições para o alcance de seus objetivos em comum não é meramente um ato de liberalidade: é uma necessidade. Os Estados soberanos cooperam porque precisam cooperar, haja vista que não conseguiriam resolver certos problemas jurídicos internos onde esteja presente algum elemento de estraneidade, onde, por si só, já atraem ou conectam dois ou mais ordenamentos jurídicos distintos⁵.

2ARAÚJO, Nadia de. *Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira* – 1. ed. – Porto Alegre : Revolução eBook, 2016, p. 215.

3PEREIRA, Luciano Meneguetti. A Cooperação Jurídica Internacional no Novo Código de Processo Civil. Revista CEJ, Brasília, Ano XIX, n. 67, p. 18-34, set./dez. 2015, p. 20-21.

4SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. *Cooperação jurídica internacional e auxílio direto*. Revista CEJ, Brasília, v. 10, n. 32, p. 75-79, jan./mar. 2006, p. 76.

5PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 21.

Assim, a primeira finalidade da cooperação internacional é a solução de conflitos internos que não podem ser solucionados por uma jurisdição de forma unilateral, envolvendo, necessariamente, de outras soberanias para a resolução do problema.

Pode-se mencionar, também, que a cooperação internacional garante o acesso dos cidadãos à justiça, em razão da colaboração entre Estados, e também a efetivação da tutela jurídico-administrativa transnacional, beneficiando seus nacionais e também os estrangeiros que encontram-se em determinado território⁶.

Luciano Meneguetti Pereira afirma que

o intercâmbio cooperativo entre Estados é estabelecido por razões pragmáticas de defesa de interesses próprios e também para a defesa de interesses de seus jurisdicionados, notadamente no tocante à proteção dos direitos humanos fundamentais destes últimos, situação que conduz à elaboração de normas jurídicas domésticas e internacionais aptas a regerem a colaboração recíproca, com vistas à consecução de objetivos comuns: a busca da resolução de problemas internos não são solucionáveis unilateralmente, o pleno acesso à justiça e a efetividade da tutela jurisdicional em território estrangeiro⁷.

Nesse sentido, qualquer atuação do Estado, tanto no âmbito interno, quanto no cenário internacional, deve levar em consideração a necessidade da proteção dos direitos fundamentais, constitucionalmente assegurados, e dos direitos humanos, previstos em tratados internacionais, sujeitos ao controle de constitucionalidade, no âmbito doméstico, e/ou passíveis à pena, arbitrada pelas cortes internacionais, em razão de violação destes últimos.

Percebe-se que a principal finalidade da cooperação jurídica internacional se refere à defesa dos interesses do Estado e de seus jurisdicionados na resolução de litígios ocorridos dentro de uma jurisdição que não poderão ser dirimidos unilateralmente, com a garantia do acesso à justiça visando a efetividade da tutela jurídico-administrativa transnacional e respeito aos direitos humanos fundamentais.

2.3 SUJEITOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Na cooperação jurídica internacional existem dois tipos de envolvidos: a) sujeitos imediatos ou diretos; b) sujeitos mediatos ou indiretos. O primeiro grupo se refere a figura dos Estados soberanos e, ocasionalmente, organizações

⁶Idem.

⁷Idem.

internacionais intergovernamentais. O segundo grupo dos partícipes da cooperação internacional, os sujeitos mediatos ou indiretos, são os próprios indivíduos de cada Estado, que sofrerão com as ações de determinada medida de auxílio/assistência, seja ela positiva, quando há concessão da medida pleiteada, seja negativa, quando da denegação da operação.

Assim, importante dizer que são os próprios indivíduos da sociedade que sofrerão as “consequências” das técnicas de cooperação internacional, podendo ser extremamente vantajoso para a conjuntura social, ou extremamente negativo, como por exemplo, nos casos de inviabilização do próprio acesso à justiça, ante a negativa de um determinado país para a realização de determinada cooperação.

Outrossim, Denise Abade leciona que

a incidência direta ou imediata dos direitos fundamentais nos pedidos cooperacionais consiste no reconhecimento de que as normas de direitos fundamentais vinculam todos os atos do Estado em seu território, inclusive aqueles que são realizados a pedido de outro Estado. Logo, os pleitos cooperacionais devem ser realizados pelo Estado requerido de acordo com os direitos fundamentais protegidos em sua Constituição ou nos tratados internacionais de direitos humanos celebrados, sem que seja necessário que tal incidência esteja prevista nos tratados cooperacionais ou nas leis gerais de cooperação. Assim, a teoria da eficácia imediata dos direitos fundamentais dispensa a mediação concretizadora de dispositivos de tratados internacionais cooperacionais ou ainda de dispositivos das leis internas referentes aos pedidos cooperacionais⁸.

Em outras linhas, Abade quis dizer que o processo cooperacional deverá, obrigatoriamente, levar em consideração a proteção dos direitos humanos fundamentais, sob pena dos Estados envolvidos na cooperação estarem sujeitos aos tribunais internacionais⁹.

2.4 AS VIAS DE COMUNICAÇÃO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

A cooperação internacional, como a própria expressão sugere, refere-se a uma relação bilateral entre indivíduos ou organismos de dois Estados distintos.

8 ABADE, Denise Neves. Carta rogatória e o auxílio direto na cooperação jurídica internacional. In: RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (Org.). *Direito internacional privado e a nova cooperação jurídica internacional*. Belo Horizonte: Arraes, 2014, p. 27.

9 Um importante caso concreto da violação dos direitos humanos fundamentais no processo de cooperação internacional foi o pedido de extradição, solicitado pelo Estado brasileiro, de Henrique Pizzolato, onde foi negado pelo Estado italiano, inicialmente, sob argumento de que a situação carcerária no Brasil está em condições degradantes e desumanas. Contudo, mesmo com tais argumentos, o pedido de extradição foi concedido posteriormente. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/27766/extradicao-de-henrique-pizzolato-negar-a-extradicao-um-lidimo-direito-da-republica-italiana>>. Acesso em 01 set. 2017.

Como em toda relação jurídica, deverá existir um meio para que ela se realize completamente, atendendo o interesse de ambos os polos da relação, que será o canal de comunicação entre os Estados.

Comumente, utilizam-se quatro vias de comunicação da cooperação jurídica internacional no Brasil, conforme relatado por Luciano Pereira¹⁰: a) a via diplomática; b) a via da autoridade central; c) a via do contato direto; d) formas simplificadas de comunicação.

2.4.1 A via diplomática

Segundo André de Carvalho Ramos, a via diplomática consiste “no uso dos canais diplomáticos e consulares preexistentes para também realizar o trâmite de pleitos cooperacionais¹¹”.

Para além de outros parâmetros normativos, o referido mecanismo foi contemplado no ordenamento jurídico brasileiro no art. 26, § 1º do Código de Processo Civil de 2015.

Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará:

§ 1º Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática¹².

Uma das características marcantes e vantagens dessa via de comunicação é a economicidade, pois não exige maiores investimentos pelo fato de já estar constituída para servir de canal de comunicação, assegurando diálogo permanente entre os Estados¹³. Contudo, a grande desvantagem desse canal de comunicação é o fato dela não ser exclusiva e tampouco especializada, acarretando lentidão e perda da eficiência na cooperação¹⁴; e, neste ponto, reforça David McClean,

the most venerable and most formal mode of communication is the diplomatic channel. It may lend a certain dignity to the whole transaction but is notoriously slow. This is due to the number of distinct administrative

10 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 22-23.

11 RAMOS, André de Carvalho. *O novo direito internacional privado e o conflito de fontes na cooperação jurídica internacional*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 621-647, jan./dez. 2013, p. 8.

12 BRASIL. *Código de Processo Civil de 2015*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em 01 set. 2017.

13 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 22.

14 Idem.

hierarchies whose active co-operation is required, and whose officers frankly have other tasks of much greater priority and interest¹⁵.

Destarte, antes da utilização da via diplomática, deve-se observar o prazo que o postulante demande em obter a medida de cooperação, haja vista a extrema lentidão que essa via apresenta, assim como observar a necessidade de especialização e exclusividade.

2.4.2 A via da autoridade central

A presente via de comunicação está positivada, no Brasil, no art. 26, IV, do CPC, com alusão ao órgão competente para a recepção e transmissão dos pedidos de cooperação:

Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará:

IV - a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação¹⁶.

Portanto, essa autoridade central é “um órgão de comunicação inserido em cada Estado e necessariamente previsto em tratados internacionais¹⁷”, que assume o objetivo de indicar um ponto de contato entre os países para a tramitação dos pedidos de cooperação jurídica internacional, com vistas a garantir maior celeridade e efetividade desses pedidos¹⁸.

Assim, o objetivo da autoridade central é reunir, num único órgão, todo o processamento dos pedidos de cooperação, tanto o recebimento, quanto os envios, intentando a especialização do instituto, a eficiência e a celeridade dos pleitos cooperacionais. Maria Loula substancia o objetivo do presente instituto, afirmando que

acredita-se que um único órgão concentrado e especializado para a matéria seja capaz de promover cooperações mais eficientes e mais céleres, evitando retrabalho e retardamento desnecessários¹⁹.

15 MCCLEAN, David. *International Co-operation in Civil and Criminal Matters*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 7.

16 BRASIL, *Op. Cit.*

17 RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (Org.). *Direito internacional privado e a nova cooperação jurídica internacional*. Belo Horizonte: Arraes, 2014, p. 9.

18 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 22.

19 LOULA, Maria Rosa Guimarães. *Auxílio direto: novo instrumento de cooperação jurídica internacional civil*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 68.

Outrossim, as funções basilares que a autoridade central realiza são²⁰: a) gerenciamento e celeridade dos pedidos de cooperação jurídica internacional, enviando e recebendo a outros Estados, dispensando-se a via diplomática (que apresenta maior grau de lentidão); b) conformidade das solicitações de cooperação aos termos do tratado internacional; c) instrução das autoridades públicas, para garantir, cada vez mais, a eficiência dos pedidos que são recebidos e enviados.

Destarte, percebe-se que a via da autoridade central é especializada, célere e eficiente quando do envio e do recebimento do pedido de cooperação jurídica, garantindo maior confiança recíproca dos Estados ou, como a doutrina cita, a *confidence building*.

Aliás, importante mencionar quem é, de fato, a autoridade central aqui estudada. Ela poderá ser indicada no momento da conclusão de um tratado sobre cooperação jurídica internacional ou posteriormente a esse momento. Usualmente, na prática internacional brasileira²¹, a indicação recai sobre: a) o Ministério da Justiça; b) Ministério Público; c) órgão vinculado ao Poder Judiciário. Luciano Pereira afirma ainda que a maior parte dos pleitos cooperacionais recai sobre órgãos do Ministério da Justiça, especialmente o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) e o Departamento de Estrangeiros (DEEST), que são vinculados à Secretaria Nacional de Justiça (SNJ)²².

Contudo, quando se trata de matéria criminal, comumente cabe a Procuradoria-Geral da República, vinculada ao Ministério Público Federal, a designação como autoridade central. Por fim, cabe também à Secretaria de Direitos Humanos a designação como autoridade, em determinados tratados que versem sobre temas de direitos humanos.

2.4.3 A Via do contato direto

Como a própria nomenclatura sugere, a via do contato direto se consubstancia quando um órgão específico de um determinado país necessita de uma cooperação jurídica com outro e, assim, entra em contato direto com o país

20 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 22.

21 Ibidem, p. 23.

22 Idem.

estrangeiro, sem qualquer tipo de intervenção ou participação de autoridades centrais ou do corpo diplomático.

Poder-se-ia dizer que os próprios Estados Federados, em âmbito interno, nos juízos criminais estabelecidos em entes federados distintos, por exemplo, realizam a via do contato direto²³, pois solicitam e são solicitados entre si, sem qualquer tipo de intermediação²⁴.

2.4.4 Formas simplificadas de comunicação

Consistem nas vias postais utilizadas “por qualquer interessado”. Ou seja, utiliza-se a correspondência para conduzir atos cooperacionais, como notificações e citações extrajudiciais²⁵. Em tais casos, o próprio interessado na cooperação realiza a comunicação e entrega de atos em determinada jurisdição para utilização em outra, após o procedimento de legalização dos documentos²⁶. Nesse sentido, Ramos leciona que

a legalização de documentos públicos estrangeiros consiste em uma sequência de certificações, para assegurar a autenticidade do documento, procedimento necessário quando os atos de cooperação forem levados a efeito pelo próprio interessado²⁷.

Percebe-se que nesse tipo de comunicação de cooperação jurídica internacional os atos realizados são bastante simples, pois não dependem, *a priori*, de nenhum processo de validação do ato.

2.5 OS PEDIDOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Os pedidos da cooperação internacional estão veiculados às vias de comunicação, aos sujeitos dos atos cooperacionais e também à técnica de cooperação jurídica empregada no caso concreto.

23 Não se deve confundir o instituto do auxílio direto com a via do contato direto, pois este ocorre sem qualquer tipo de intermediação no processo de cooperação, enquanto aquele ocorre por intermédio de Autoridades Centrais. O auxílio direto será objeto de estudo no próximo capítulo do presente trabalho.

24 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 23.

25 Presente no Código Processual brasileiro em seu art. 27, I: “A cooperação jurídica internacional terá por objeto [...] citação, intimação e notificação [...] extrajudicial”. BRASIL, *Op. Cit.*

26 RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (Org.), *Op. Cit.*, p. 12.

27 Idem.

Entre os pedidos de cooperação estão²⁸: a) pedido de envio de pessoas (extradição); b) pedido de assistência jurídica; c) pedido de homologação de sentença estrangeira; d) pedido de transferência de sentenciado; e) pedido de transferência de processos; f) pedido de vigilância de pessoas.

Importante frisar que os direitos humanos do sujeito mediato da relação cooperacional devem ser primariamente respeitados, pois este sofrerá as ações resultantes do pedido de cooperação internacional. Luciano Pereira afirma que o respeito aos direitos humanos deverá ser o pilar da cooperação jurídica internacional, obrigando à “adoção da centralidade desses direitos como critério orientador para a interpretação e aplicação dos institutos vinculados à cooperação²⁹”

2.5.1 Pedido de envio de pessoas

Comumente conhecido como extradição, o pedido em estudo está vinculado a ação de extradição e, segundo leciona José Francisco Rezek,

extradição é a entrega, por um Estado a outro, e a pedido deste, de pessoa que em seu território deva responder a processo penal ou cumprir pena. Cuida-se de uma relação executiva, com envolvimento judiciário de ambos os lados: o governo requerente da extradição só toma essa iniciativa em razão da existência do processo penal — findo ou em curso — ante sua Justiça; e o governo do Estado requerido (ou Estado “de asilo”, na linguagem imprópria de alguns autores de expressão inglesa) não goza, em geral, de uma prerrogativa de decidir sobre o atendimento do pedido senão depois de um pronunciamento da Justiça local. A extradição pressupõe sempre um processo penal: ela não serve para a recuperação forçada do devedor relapso ou do chefe de família que emigra para desertar dos seus deveres de sustento da prole³⁰.

Ou seja, um Estado pode requerer o envio de determinada pessoa que é suspeita da prática de um crime ou, de fato, que o cometeu (sendo condenado), a qual se encontra em outra soberania diferente da sua.

Assim, o Estado requerente solicita a outro país o envio de determinada pessoa para a sua própria soberania, com base em tratados internacionais, ou na falta destes, baseado na reciprocidade entre Estados, ou ainda, como é frequentemente utilizado, a promessa formal de reciprocidade³¹.

28 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 23.

29 Ibidem, p. 24.

30 REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 15. ed. rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 124.

31 O presente instituto é utilizado quando não há qualquer tratado que verse sobre extradição entre o país solicitante e o país solicitado, e, assim, a soberania que solicita se compromete a apreciar futuro

2.5.2 Pedido de assistência jurídica

É positivado no art. 27, IV, do NCPC³², onde o objetivo do pedido versa sobre o preparativo ou o desenvolvimento regular de um processo cível ou penal, podendo ser veiculado por meio de carta rogatória ou auxílio direto, instituto estes que serão objetos de estudos no capítulo posterior.

2.5.3 Pedido de homologação de sentença estrangeira

Trata-se de um pedido em que um país solicita a outro que uma decisão estrangeira possa, primeiramente, ser reconhecida e, caso positivo, produzir efeitos a serem executados no país solicitado, sendo veiculado a ação de homologação de sentença estrangeira.

O presente pedido será objeto de estudo específico no presente trabalho.

2.5.4 Pedido de transferência de sentenciados

Trata-se de um pedido onde determinada soberania solicita a outra que determinado preso cumpra sua pena no país solicitante, onde, a princípio, o condenado possui um maior vínculo com as pessoas de sua sociedade.

Trata-se de um pedido com caráter humanitário³³, onde almeja-se que o preso seja reconduzido para mais perto de sua família, de seu país, onde ele é um nacional, contribuindo para reinserção social do condenado.

2.5.5 Pedido de transferência do processo

Como o próprio nome sugere, o pedido de transferência do processo representa um um pedido de cooperação para que determinada soberania envie um

e eventual pedido de extradição que venha ocorrer por iniciativa do solicitado.

32 Art. 27. A cooperação jurídica internacional terá por objeto: IV - concessão de medida judicial de urgência. BRASIL, *Op. cit.*

33 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 24.

processo, seja ele cível ou penal, para o Estado solicitante, almejando o desenvolvimento regular do processo.

Determinado instituto, que é pouco utilizado no Brasil, será de extrema importância em casos que envolvam várias jurisdições, ansiando uma maior celeridade, eficiência, segurança jurídica e centralidade de processos³⁴.

2.5.6 Pedido de vigilância de pessoas

Um Estado pode requerer ao outro a vigilância de pessoas condenadas ou, eventualmente, em liberdade condicional, que residam no território da soberania solicitada, com vistas à reinserção social do indivíduo ou, em contrapartida, uma possível ação com intuito de reprimir uma ação ilícita do vigiado.

2.6 ELEMENTOS DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Para André Ramos, os casos de cooperação internacional apresentam uma estrutura básica comum³⁵, que são: a) sujeitos da cooperação internacional, ou seja, os sujeitos imediatos ou diretos e os sujeitos mediatos ou indiretos; b) vias de comunicação, objeto de estudo no ponto 2.4; c) o pedido, conforme lecionado no ponto anterior; d) veículo de transmissão do pedido cooperacional, que são as espécies instrumentais cooperacionais, ou, como será utilizado no presente trabalho, as técnicas de cooperação internacional, que serão estudados especificamente posteriormente.

2.7 CLASSIFICAÇÕES DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

A cooperação internacional poderá ser submetida a classificações, de cunho meramente elucidativo, podendo assumir as seguintes classificações: a) ativa e passiva; b) direta e indireta; c) matéria penal ou cível; d) jurídica ou jurisdicional.

2.7.1 Ativa e passiva

³⁴ Idem.

³⁵ RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (Org.), *Op. Cit.*, p. 6.

A cooperação jurídica internacional, em suas formas ativa e passiva, envolve os Estados participantes do processo cooperacional, onde a soberania que demanda determinada cooperação, ou requerente da medida, será chamada de cooperação ativa, enquanto que a forma passiva refere-se ao Estado que é demandado, ou requerido, a um pedido de cooperação³⁶.

2.7.2 Direta e indireta

Será cooperação jurídica internacional direta quando o juiz de primeiro grau apreciará, originariamente, o pedido cooperacional. No que tange à cooperação internacional indireta, esta se dá quando há um juízo de delibação sobre o requerimento cooperativo, como acontece nas ações de homologação de sentença estrangeira e nas cartas rogatórias³⁷.

2.7.3 Matéria cível ou penal

A cooperação jurídica internacional também poderá ser objeto de classificação quanto à matéria a ser tratada pelas técnicas cooperacionais, sendo ela cível, quando se refere a assuntos correspondentes ao Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, etc., ou penal, quando versar sobre eventual ilícito criminal, ou persecução criminal em curso.

2.7.4 Jurídica ou jurisdicional

Por fim, será cooperação jurisdicional quando aciona-se o Poder Judiciário do Estado requerido. Por outro lado, a natureza da cooperação será jurídica quando não envolver necessariamente a intervenção da jurisdição, mas sim da atividade administrativa da soberania demandada³⁸.

36 TOFFOLI, José Antonio Dias; CESTARI, Virgínia Charpinel Junger. *Mecanismos de Cooperação Jurídica Internacional no Brasil*, p. 5. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/1070064>>. Acesso em 07 set. 2017.

37 Idem.

38 Idem.

2.8 EFICIÊNCIA E GARANTISMO NA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Conforme visto, o instituto da cooperação jurídica internacional é bastante dinâmico e, como tal, é necessário pesquisar, de forma mais detalhada, mecanismos que garantam o desenvolvimento eficiente e seguro do processo cooperacional.

Deste modo, para o equilíbrio entre eficiência, segurança e o dinamismo da cooperação, é conveniente, inicialmente, a devida tutela dos direitos envolvidos no processo, seja entre Estados, seja entre indivíduos. Outrossim, não se pode pensar somente na eficiência da cooperação jurídica internacional, que poderia gerar uma simplificação das formas, gerando lacunas no que tange à segurança. Portanto, torna-se pertinente perquirir, conforme questiona Fábio Ramazzini Bechara, como buscar o equilíbrio entre eficiência e segurança³⁹?

O referido autor propõe três preposições para enfrentamento do questionamento supracitado: a) confiança mútua e solidariedade da cooperação jurídica internacional; b) confiança mútua e o caráter universal dos direitos humanos, buscando a harmonização entre os sistemas; c) o padrão normativo dos direitos humanos.

2.8.1 Confiança mútua e solidariedade da cooperação jurídica internacional

O principal fundamento para a constituição da cooperação internacional é a confiança mútua entre as soberanias, calcadas na solidariedade recíproca. Segundo Fábio Bechara, a noção de confiança é produzida a partir de transformações sociais, que constituem a causa do seu surgimento⁴⁰.

A par disso, a necessidade da confiança é gerada por uma complexidade social, sendo impulsionada ainda pelas intensivas relações humanas no tempo e espaço. Assim, a confiança deve servir de instrumento para a redução dessa complexidade social, garantindo um ambiente mais estável para os indivíduos⁴¹.

39 BECHARA, Fábio Ramazzini. *Cooperação jurídica internacional: equilíbrio entre eficiência e garantismo*. In: BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, *Op. Cit.*, p.45.

40 Ibidem, p. 46.

41 Idem.

Nessa vereda, Bechara afirma que

a construção da confiança impõe o exercício do valor solidariedade, o qual constitui fundamento dos direitos, e que significa uma relação entre pessoas, que participam com o mesmo interesse em certa coisa, e que retrata a atitude de uma para com a outra quando se coloca o esforço num determinado tema delas⁴².

Portanto, nesse particular, a utilização da solidariedade gera comportamentos positivos pelo poder público, onde removem eventuais lacunas presentes na sociedade, objetivando a redução ou a dificuldade ao desrespeito da igualdade e da liberdade dos indivíduos, conforme cita Gregório Pécés-Barba Martinez⁴³.

2.8.2 Confiança mútua e o caráter universal dos direitos humanos

Em primeiro plano, a construção da confiança recíproca calcada no exercício da solidariedade pressupõe uma identidade entre as diferentes soberanias, que pode se dar de diversas formas, como a religião, a moeda utilizada, o idioma, as relações comerciais, etc.

No âmbito normativo, a identidade dos Estados pode ser materializada a partir de tratados e convenções entre os países “recíprocos”. Porém, conforme estudado até aqui, importante salientar que os direitos humanos devem constituir um pilar para todo e qualquer tipo de relação, seja no âmbito interno, seja no âmbito externo.

Outrossim, a tutela dos direitos humanos foi exigida como valor universal, ambicionando influenciar as diversas ordens jurídicas a adotar parâmetros compatíveis com os direitos fundamentais (e humanos), como a dignidade do homem, as liberdades, a ordem do bem-estar, seja no âmbito nacional ou na seara internacional⁴⁴.

Entrementes, importante mencionar que os parâmetros a serem adotados pelos Estados poderão ser diferentes entre si. Parte-se do pressuposto que a padronização entre as diferentes soberanias pode ser relativizada a partir do contexto social em que determinado Estado se insere. Ou seja, uma norma protetiva

42 Idem.

43 MARTINEZ, Gregório Pécés-Barba. *Curso de derechos fundamentales. Teoria General*. Universidade Carlos III de Madrid. Madrid: Boletín Oficial Del Estado, 1999. p. 279-282.

44 BECHARA, Fábio Ramazzini. *Cooperação jurídica internacional: equilíbrio entre eficiência e garantismo*. In: BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, *Op. Cit.*, p.47.

de direitos humanos deve ser harmonizada de acordo com as particularidades de uma sociedade plural e multicultural, desde que possível, adotando a garantia dos direitos humanos como base. Bechara opina que a padronização dos direitos humanos constitui uma arbitrariedade e sua consequente impossibilidade de aplicação, que rejeita o pluralismo da sociedade contemporânea.

Assim, o padrão normativo universal dos direitos humanos, objeto de diversos tratados internacionais e também internalizados pelas Constituições internas, constitui uma base para a confiança e solidariedade mútua entre Estados⁴⁵. Por via de consequência, quanto menor for o grau de divergência entre os padrões de direitos humanos entre as soberanias, maior será a confiança e a possibilidade de uma assistência mais próspera.

2.8.3 O padrão normativo dos direitos humanos

Conforme apontado no tópico anterior, a maior convergência entre o padrão normativo dos direitos humanos entre os Estados aumenta o grau de confiança e segurança no uso e no processamento das técnicas de cooperação internacional, sob a égide do respeito aos direitos humanos na sua forma *lato*, inclusive no que tange as garantias processuais.

Fábio Ramazzini afirma que os

direitos humanos, garantias processuais e 'garantismo' são designações intrinsecamente associadas e equivalentes, e que revelam basicamente uma preocupação metodológica quanto à forma de agir para atingir determinados fins⁴⁶.

Por tais razões, é importante também a preocupação do resultado do atos cooperacionais, pretendendo a potencialização da perspectiva dos resultados e, por consequência, a garantia da eficiência.

Destarte, o garantismo, na linha de pensamento de Fábio Bechara, deverá ser proporcional, no sentido de que deve-se observar os resultados em paralelo com as garantias dos direitos humanos, de modo a evitar uma excessiva formalidade.

2.9 A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO BRASIL

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem, p. 48.

O instituto da cooperação jurídica internacional está normatizado no ordenamento jurídico brasileiro, com a regulação dos seus aspectos processuais no Código de Processo Civil de 2015, mais especificamente em seu Capítulo II, Título II, do Livro II (Da função jurisdicional), da Parte Geral, sendo mais minucioso que o Código de Processo Civil de 1973, conforme aponta Flávia Pereira Hill⁴⁷. O vigente Código processual vigente também contempla o processo de homologação de decisão estrangeira, em seu Capítulo VI, Título I, do Livro III (Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais).

A autora ainda ressalva que o vigente Código de Processo Civil do Brasil prevê, com acuidade, os litígios do âmbito internacional, representando, assim, a realidade contemporânea da sociedade⁴⁸.

2.9.1 A cooperação jurídica internacional no novo Código de Processo Civil de 2015

2.9.1.1 Disposições gerais

Importante, *prima facie*, salientar que as medidas cooperacionais brasileiras não comportam atos oriundos de cooperação internacional que contrariem ou produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro⁴⁹.

Outrossim, o objeto da cooperação jurídica internacional, conforme art. 27 do NCPC, abarcará atos de: a) citação, intimação e notificação judicial ou extrajudicial; b) colheita de provas e obtenção de informações; c) a homologação de decisão estrangeira; d) concessão de medida judicial de urgência; e) assistência jurídica

47 HILL, Flávia Pereira. *Considerações sobre a cooperação jurídica internacional no Novo Código de Processo Civil*. In: *Novo CPC doutrina selecionada*, v. 1: parte geral, Coordenador geral Fredie Didier Jr., Organizadores Lucas Buril de Macêdo, Ravi Peixoto e Alexandre Freire. 2ª edição, Salvador: Juspodivm, 2016. p. 743.

48 Idem.

49 Conforme art. 26, § 3º do NCPC. Confira: Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará: § 3º_Na cooperação jurídica internacional não será admitida a prática de atos que contrariem ou que produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro. BRASIL, *Op. Cit.*

internacional; f) qualquer outra medida judicial ou extrajudicial não proibida pela lei brasileira⁵⁰.

Convém ressaltar que o Brasil adota a forma de classificação de cooperação jurídica internacional ativa e passiva, extraída dos arts. 37, 38 e 40 do NCPC.

Assim, a cooperação ativa é oriunda do poder judiciário, onde instruem o determinado pedido com os documentos necessários para a demanda, que deverão ser traduzidos para a língua oficial do Estado requerido⁵¹, que encaminha determinado pedido, por meio das técnicas de cooperação internacional, à Autoridade Central do Brasil para o envio ao Estado destinatário⁵².

No que tange à cooperação jurídica internacional passiva, esta se dá mediante o instituto da homologação de decisão estrangeira ou da carta rogatória, visando execução de medidas e decisões estrangeiras⁵³.

2.9.1.2 Técnicas de cooperação

Como visto, o Código de Processo Civil de 2015, reconhecendo a suma importância do tema de cooperação internacional, normatizou o seu conteúdo, embora não esgotando-o, intentando uma maior celeridade e eficiência da tutela jurisdicional internacional⁵⁴.

Nessa seara, o NCPC fez menção à autoridade central como via mais célere para o processamento das medidas cooperacionais, dando competência ao Ministério da Justiça⁵⁵, na falta de designação específica no pedido de cooperação internacional.

50 TESHEINER, José Maria; e, FERRARO, Felipe Waquil. Cooperação jurídica internacional no Novo Código de Processo Civil: sentença estrangeira, carta rogatória e auxílio direto. *In: Novo CPC doutrina selecionada*, v. 1: *parte geral*, Coordenador geral Fredie Didier Jr., Organizadores Lucas Buril de Macêdo, Ravi Peixoto e Alexandre Freire. 2ª edição, Salvador: Juspodivm, 2016. p. 768.

51 Art. 38. O pedido de cooperação oriundo de autoridade brasileira competente e os documentos anexos que o instruem serão encaminhados à autoridade central, acompanhados de tradução para a língua oficial do Estado requerido. BRASIL, *Op. Cit.*

52 TESHEINER, José Maria; e, FERRARO, Felipe Waquil, *Op. Cit.*, p. 769.

53 Art. 40. A cooperação jurídica internacional para execução de decisão estrangeira dar-se-á por meio de carta rogatória ou de ação de homologação de sentença estrangeira, de acordo com o art. 960. BRASIL, *Op. Cit.*

54 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 26.

55 Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará: § 1º Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática. BRASIL. *Op. cit.*

Em rápidas pinceladas, as técnicas de cooperação internacional dispostas explicitamente no Código Processual brasileiro, objeto de estudo nos próximos capítulos, são a homologação de decisão estrangeira, incluindo-se a sentença arbitral, carta rogatória e o auxílio direto, este último foi uma novidade com o advento do Código de Processo Civil de 2015.

2.9.1.3 Os princípios cooperacionais brasileiros

A partir do art. 26 do NCPC, pode-se observar uma base principiológica⁵⁶ das medidas de cooperação internacional no ordenamento jurídico brasileiro:

Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará:

- I - o respeito às garantias do devido processo legal no Estado requerente;
- II - a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados;
- III - a publicidade processual, exceto nas hipóteses de sigilo previstas na legislação brasileira ou na do Estado requerente;
- IV - a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação;
- V - a espontaneidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.

Nesse ponto, vale ratificar que os pedidos cooperacionais não poderão contrariar e/ou produzir resultados incompatíveis com as normas fundamentais⁵⁷ que regem o Estado brasileiro, conforme previsão do § 3º do art. 26 do CPC. Sob tal ambulação, percebe-se que o referido dispositivo supracitado também apresenta uma base principiológica para a cooperação jurídica internacional brasileira.

2.9.1.3.1 Princípio do devido processo legal no Estado requerente

O princípio do devido processo legal está albergado no art. 5º, LIV⁵⁸, da Constituição Federal do Brasil de 1988.

⁵⁶ PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 25.

⁵⁷ Todas as normas que consagram princípios fundamentais, direitos e garantias individuais e coletivos, presentes no texto constitucional, como os princípios da igualdade, legalidade, isonomia, ampla defesa, contraditório, entre tantos outros.

⁵⁸ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

Sobre o referido princípio, José Afonso da Silva afirma que, quando fala-se em processo

alude-se [...] à formas instrumentais adequadas, a fim de que a prestação jurisdicional, quando entregue pelo Estado, dê a cada um o que é seu, segundo imperativos da ordem jurídica [...] e isso envolve a garantia do contraditório, a plenitude do direito de defesa, a isonomia processual e a bilateralidade dos atos processuais⁵⁹.

Percebe-se que o pleito cooperacional deve, então, estar em consonância com as garantias processuais, como o contraditório, plenitude de direito de defesa, isonomia processual e a bilateralidade dos atos processuais.

Outrossim, os Estados devem fornecer meios adequados para a efetivação do pleito cooperacional com vistas ao objetivo de resguardar o princípio do devido processo legal.

Nesse sentido, quando há desrespeito a esse princípio constitui-se uma “negação do direito à tutela efetiva e verdadeira ofensa aos princípios fundamentais de um Estado⁶⁰”.

2.9.1.3.2 Princípio da igualdade de tratamento

O acesso à justiça deve ser garantido para todos no ordenamento jurídico brasileiro, sejam eles nacionais, sejam eles estrangeiros, objetivando-se a igualdade formal e material entre todos os membros sociedade, sem distinção de qualquer natureza, principalmente quanto aos estrangeiros, que estão longe de sua soberania e, a maioria das vezes, ficam sem qualquer apoio jurídico quanto aos seus litígios.

Nesse sentido, “o alcance do princípio não se restringe a nivelar os cidadãos diante da norma legal posta, mas que a própria lei não pode ser editada em desconformidade com a isonomia⁶¹”.

Tavares leciona que

e a igualdade implica o tratamento desigual das situações de vida desiguais, na medida de sua desigualação [...] a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Contudo, trata-se de regra hipotética que não satisfaz. E isto porque não é capaz de informar quando ou como distinguir os desiguais dos iguais. É preciso, portanto,

59 SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 25ª edição, São Paulo: Malheiros, 2005, p. 431-432.

60 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 25.

61 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 1993, p. 10.

encontrar um critério capaz de legitimamente apartar essas duas categorias genéricas e abstratas de pessoas. É necessário saber quais são os elementos ou as situações de igualdade ou desigualdade que autorizam, ou não, o tratamento igual ou desigual⁶².

Outrossim, o Código Processual brasileiro também assegura para os indivíduos a assistência jurídica aos necessitados, incluindo-se em tal assistência as despesas processuais, principalmente quanto a tradução de documentos para o idioma dos requerentes.

2.9.1.3.3 Princípio da publicidade processual

Para além da previsão constitucional do art. 93, IX⁶³, da Constituição da República, o referido princípio está, também, na base do Processo Civil brasileiro, onde garante-se que os atos processuais serão públicos, podendo qualquer indivíduo ter acesso a determinado processo, exceto nos casos de sigilo processual previstos na legislação brasileira⁶⁴ ou, eventualmente, no Estado estrangeiro requerido.

A fonte de legitimidade e garantia do controle jurisdicional, pelas partes do pleito cooperacional e pelos indivíduos da sociedade, das decisões judiciais advém do princípio da publicidade processual⁶⁵.

Assim, percebe-se que o presente princípio é a regra no ordenamento processual brasileiro, sendo a exceção o sigilo por imposição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro ou no Estado demandado.

2.9.1.3.4 Existência da Autoridade Central

62 TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012, p. 601-602.

63 Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

64 Interesse público ou a defesa da intimidade. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª edição, São Paulo: Saraiva, 2012, p. 588.

65 Ibidem, p. 587.

A autoridade central já foi objeto de estudo no presente trabalho, mas importante aqui mencionar que a existência da referida autoridade constitui base principiológica para a cooperação jurídica internacional, onde ele tem uma grande importância no processo cooperacional.

O órgão de comunicação, a autoridade central, faz o processamento do pleito cooperacional, sendo seu dever facilitar a troca de informações e a prática dos atos processuais entre os países envolvidos na cooperação internacional⁶⁶.

2.9.1.3.5 Princípio da espontaneidade na transmissão de informações

Por fim, esse último princípio busca assegurar que as informações referentes ao pleito de cooperação internacional podem ser prestadas/transmitidas independentemente do pedido cooperacional, podendo o Estado brasileiro adotar uma posição de espontaneidade quanto à prestação de informações, por decisão, de forma unilateral, do Estado que a presta⁶⁷.

2.9.1.4 A resolução nº 09/05 do Superior Tribunal de Justiça

Em momentos pretéritos, o Poder Judiciário brasileiro posicionava-se de forma recalcitrante quanto à utilização do instituto da carta rogatória, quando estas almejavam a quebra de sigilos, como o bancário, por exemplo, exceto quando previsto expressamente em tratados internacionais ou decisão transitada em julgado pela jurisdição⁶⁸.

Um caso concreto que reflete o referido posicionamento ocorreu em 2003, onde uma autoridade judiciária na Suíça solicitou uma cooperação internacional ao Brasil objetivando a investigação de tráfico de mulheres brasileiras para a Suíça. Nas palavras de Gilson Dipp,

já sabíamos que o tráfico de seres humanos, principalmente de mulheres, abduzidas e escravizadas no seio do mundo que se considera civilizado, é dos mais abomináveis, execráveis e odiosos crimes que tomam proveito da

66 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 25.

67 Idem.

68 DIPP, Gilson. *A cooperação jurídica internacional e o Superior Tribunal de Justiça: Comentários à Resolução Nº 09/05*. In: BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, *Op. Cit.*, p.25.

incapacidade da efetiva Cooperação Jurídica Internacional entre os Estados⁶⁹.

Por conseguinte, queriam os suíços a quebra do sigilo bancário das contas bancárias situadas no Brasil e também o sequestro dos bens dos acusados, diligências fundamentais para a captura da referida organização criminosa.

Porém, a justiça brasileira não deferiu o pedido requerido pelos suíços, haja vista que se tratava de medidas processuais que atentavam contra a ordem pública e, além disso, possuíam caráter executório, afirmando que não seria a medida adequada para o pedido cooperacional em questão. Afirma Dipp que houve uma inexplicável lógica interpretativa⁷⁰ no indeferimento da solicitação da Suíça, haja vista o conteúdo dos crimes supostamente praticados, aliado a um territorialismo exacerbado.

Um ano depois do referido caso, entrou em vigor, em 31/12/2004, a Emenda Constitucional nº 45, retirando do Supremo Tribunal Federal a competência para o processamento e julgamento de homologação de decisões estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias, sendo tal atribuição, hoje em dia, ao Superior Tribunal de Justiça.

Como o cenário internacional já havia mudado naquela época, principalmente pela repercussão do caso suíço, o Ministério da Justiça constituiu uma comissão responsável pela elaboração do Anteprojeto de Lei de Cooperação Internacional.

Segundo Gilson Dipp, era preciso que o STJ equilibrasse os avanços alcançados pelo STF e as conquistas realizadas através dos tratados e convenções internacionais⁷¹. Nesta seara, foi criada a Resolução nº 09 do STJ, tendo como principais mudanças: a) as cartas rogatórias podem ter por objeto atos decisórios e não decisórios; b) tutela antecipada em homologação de sentenças estrangeiras; c) possibilidade de auxílio direto nos casos de inadequação de delibação da decisão estrangeira; d) autorização de medida executória em carta rogatória sem prévia oitiva da parte interessada⁷².

Outrossim, afirma o autor que as referidas mudanças ocorreram não por imposição legislativa, mas sim por uma mudança cultural do cenário nacional. Além

69 Idem.

70 Idem.

71 Ibidem, p. 26.

72 Idem.

disso, o autor sugere ainda que a cooperação internacional precisa ter um papel mais ativo, afirmando que esse mecanismo deveria ser feito diretamente, sem intermédio de autoridades centrais ou pela via diplomática, calcados na confiança recíproca entre países⁷³.

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, verificou-se que este diploma legal incorporou, quase totalmente, as inovações da Resolução nº 09 do STJ. Pode observar tal afirmativa a partir do exame dos arts. 216-A a 216-X do Regimento Interno do Tribunal, veiculados pela Emenda Regimental nº 18, de 17 de dezembro 2014, além dos arts. 960, §§1º e 3º e Art. 962, §1º do CPC.

Assim, concluindo essa questão, Luciano Meneguetti aponta, acertadamente, que a normativa trazida pelo Regimento Interno do STJ continuará regulamentando os pleitos cooperacionais referentes as cartas rogatórias e das homologações de decisões estrangeiras⁷⁴.

2.9.1.5 Violação dos princípios da isonomia e do acesso à justiça com a exigência de tratado ou reciprocidade para a efetivação da cooperação jurídica internacional?

Com o desenvolvimento econômico e social da maioria dos Estados, fica evidente a forte probabilidade de, a qualquer tempo, demandarem a necessidade de se relacionar com diferentes soberanias. O instituto da cooperação internacional manifesta-se com o intuito de que diferentes países colaborem na realização de um ato processual, visando satisfazer o interesse do Estado demandante, necessitando do demandado, uma postura ativa quanto à aceitação da cooperação.

A par disso, o novo Código de Processo Civil brasileiro, em seu artigo 26⁷⁵, *caput*, e parágrafo 1º, adotou a posição de que é necessário tratado internacional ou reciprocidade, manifestada por via diplomática, para a efetivação do processo de cooperação jurídica internacional. A exceção fica por conta da homologação de

73 Idem.

74 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 26.

75 Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará: § 1º Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática. BRASIL. Código de Processo Civil de 2015. *Op Cit.*

decisão estrangeira, prevista no referido artigo em seu parágrafo 2º⁷⁶, afirmando que não se exigirá reciprocidade para o *exequatur* de sentenças transnacionais.

Portanto, sob a égide do princípio do acesso à justiça, as diferentes soberanias devem se dispor a iniciar novas relações de reciprocidade com intuito de disponibilizar aos jurisdicionados, que eventualmente tenham uma *lide* transnacional, meio para a realização de seus interesses⁷⁷.

Nessa seara, Flávia Pereira Hill opina que seria desaconselhável exigir, categoricamente, a necessidade de assinatura de tratado internacional ou reciprocidade para a efetivação do acesso à justiça, garantia esta que é um direito fundamental, pois ostenta um cunho discriminatório e desvia dos princípios basilares da cooperação jurídica internacional⁷⁸.

A lição de Flávia Hill é correta, pois corre-se o risco de que ambos os lados da relação cooperacional fiquem inertes, caso haja uma exigência de tratado internacional ou reciprocidade.

Impende salientar que também é exigido reciprocidade ou tratado internacional para o cumprimento de cartas rogatórias, que comumente são decisões interlocutórias estrangeiras, inclusive as que possuem caráter de urgência, pois não há qualquer ressalva quando se tratam das cartas rogatórias⁷⁹ e, segundo Carlos Maximiliano, as exceções legais devem ser interpretadas restritivamente, ou seja, *exceptiones sunt strictissimoe interpretationis*⁸⁰.

Flávia Hill também afirma que “os ordenamentos jurídico-processuais de diferentes países vem convergindo no tocante aos contornos atribuídos aos corolários do devido processo legal [...]”⁸¹ e, com isso, houve a criação de um entendimento internacional quanto às garantias processuais que devem ser atribuídas aos jurisdicionados, facilitando, desse modo, o estreitamento da cooperação jurídica internacional.

76Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará: § 1ºNa ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática. Idem.

77 HILL, Flávia Pereira. *Op cit.*, p. 744.

78 Ibidem, p. 744-745.

79 Ibidem, p. 745.

80 MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do Direito*. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Forense. 2006, p. 192.

81 HILL, Flávia Pereira. *Op cit.*, p. 746.

Em consonância com o acatado, vale ressaltar a importância do *UNIDROIT*⁸², que constrói princípios de direito processual civil internacional, intentando uniformizar e garantir um progresso do direito privado, sendo esta organização internacional uma prova viva da convergência dos países quanto ao estreitamento da cooperação jurídica internacional.

Em remate, observa-se que, apesar de o ordenamento jurídico brasileiro exigir tratado internacional ou reciprocidade como requisito para a execução da cooperação jurídica internacional, é certo dizer que isso não deve ser óbice para o acesso à justiça dos jurisdicionados, pois atentaria diretamente com os direitos fundamentais desses indivíduos.

Assim, deve-se buscar, em um primeiro momento, uma maior aproximação entre os países para a garantia de reciprocidade. Num segundo momento, deve-se levar em conta os direitos e garantias conferidos aos indivíduos que se envolvem numa *lide* transnacional, para que não seja afetado seu acesso à justiça.

82 É uma organização intergovernamental independente, com sede em Roma, Itália. Também é conhecido como “Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado”. Teve sua fundação no ano de 1926, como órgão que auxiliava a Sociedade das Nações. Para mais informações, acessar o site de internet da organização internacional: <http://www.unidroit.org/>.

3. TÉCNICAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Com a base teórica e prática estudada anteriormente, pode-se enfatizar a importância do instituto da cooperação jurídica internacional. Por outro enfoque, cabe estudar, também, quais serão os objetivos do Estado demandante no pleito cooperacional, pois para cada pretensão pode exigir diversas técnicas de cooperação internacional para que ela seja efetivamente realizada.

Mister se faz ressaltar que as técnicas de cooperação jurídica internacional listadas aqui não são taxativas, haja vista que podem ser realizadas através de petição simples, o que comumente acontece nos casos em que a via escolhida para o processo cooperacional é o contato direto⁸³.

3.1 O AUXÍLIO DIRETO

O auxílio direto, conforme ensinamento doutrinário⁸⁴, possui origem no Direito Comunitário Europeu, mais precisamente no “auxílio judiciário mútuo”⁸⁵, conforme previsto no artigo 3º, I, da Convenção de Auxílio Judicial Mútuo em matéria penal da União Europeia.

Meneguetti define auxílio direito como

um mecanismo cooperacional utilizado quando determinado Estado estrangeiro necessita de uma providência judicial (ou administrativa) a ser obtida em outra jurisdição, com a finalidade de instruir ou dar andamento a procedimento que tramita em seu próprio território, providência esta que será requerida por meio de comunicação direta entre as Autoridades Centrais dos países envolvidos, conforme estabelecido em tratados internacionais. Tem lugar, portanto, quando um Estado necessita que seja tomada, no território de outro Estado, providência relevante para um processo judicial em trâmite perante o seu Poder Judiciário⁸⁶.

83 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 23.

84 SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. *Auxílio Direto, Carta Rogatória e Homologação de Sentença Estrangeira*. Repro 128. Ano 30. Outubro 2005, p. 288.

85 Artigo 3º: Processos em que também é concedido auxílio judiciário mútuo 1. O auxílio judiciário mútuo também é concedido em processos instaurados pelas autoridades administrativas por factos puníveis nos termos do direito do Estado-Membro requerente ou do Estado-Membro requerido, ou de ambos, como infracções a disposições regulamentares, e quando da decisão caiba recurso para um órgão jurisdicional competente, nomeadamente em matéria penal. Disponível em: <[http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:42000A0712\(01\)&from=PT](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:42000A0712(01)&from=PT)>. Acesso em 01 out. 2017.

86 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 27.

Neste momento, percebe-se que a referida técnica de cooperação internacional está em consonância com a realidade da sociedade atual, além de ser uma medida bastante célere e efetiva, ao se comparar a homologação de sentenças estrangeiras e com as cartas rogatórias, pois, na jurisdição brasileira, não é necessário um juízo de delibação, ou seja, não se exige uma análise quanto à legalidade do pedido cooperacional.

Importante mencionar, conforme supracitado, a rapidez no processo do auxílio direto, haja vista que o pedido é recebido pela autoridade central e, logo após, é encaminhado para diligências no âmbito interno para o seu processamento pelo órgão competente⁸⁷.

A autora Nádia de Araújo afirma que além da permuta entre tribunais, há trocas no âmbito administrativo, principalmente no que se refere às autoridades centrais designadas para o auxílio, e, como consequência, há maior difusão e aprimoramento da cooperação internacional, pois exige-se dos órgãos competentes comunicação constante e profusa troca de informações⁸⁸.

3.1.1 Auxílio direto ativo e passivo

A doutrina classifica o mecanismo do auxílio direto em suas duas formas vetoriais: a) o auxílio direto ativo; b) auxílio direto passivo⁸⁹.

O auxílio direto ativo se consubstancia quando uma soberania requer de outra a cooperação jurídica internacional, ao passo que a modalidade passiva se refere às hipóteses em que um Estado é demandado para prestar uma cooperação através desta técnica.

Importante mencionar que o procedimento do auxílio direto ativo e passivo é completamente nacional, ou seja, o pedido cooperacional, que inicia-se pela solicitação de autoridade estrangeira, é processado pelo juiz nacional como se fosse um mero procedimento interno⁹⁰.

87 ARAUJO, Nádia de. *Op. Cit.*, p. 226.

88 Ibidem, p. 224.

89 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, *Loc. Cit.*

90 Idem.

3.1.2 O auxílio direto no Brasil

No Brasil, a carta rogatória se desenvolveu a partir de 1990 em razão da lentidão do Supremo Tribunal Federal em pedidos na esfera penal, principalmente as que tinham objeto a quebra de sigilo bancário. Com o advento de convenções em matéria penal, o auxílio direto se difundiu⁹¹.

O auxílio direto foi, pela primeira vez, normatizado e disciplinado em um código processual brasileiro somente com o advento do CPC de 2015, nos arts. 28 a 34. Contudo, já era disposto no Regimento Interno do STJ antes da criação do código supracitado.

Mister ressaltar que o auxílio direto não depende de juízo de delibação pelo STJ, conforme previsto no art. 28 do CPC “Art. 28. Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.”⁹². Aqui, novamente, percebe-se a celeridade da técnica, pois o *exequatur* das medidas cooperacionais demanda tempo, o que não é necessário para o presente instituto jurídico.

3.1.2.1 Processamento do auxílio direto

A solicitação do auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado à autoridade central (auxílio direto passivo), cabendo ao país solicitante assegurar a autenticidade e a clareza do pedido⁹³. Por conseguinte, recebido o pedido de auxílio direto passivo, a autoridade central o encaminhará à Advocacia-Geral da União, que demandará em juízo a medida cooperacional⁹⁴ quando houver necessidade de invocar a jurisdição. E, por fim, o juiz federal, que detém a competência em razão do lugar, apreciará o pedido de auxílio direto que demande prestação jurisdicional⁹⁵. Caso não haja qualquer atividade jurisdicional no pleito

91 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, p. 226.

92 BRASIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. *Op. Cit.*

93 Art. 28, CPC. *Idem.*

94 Art. 33, CPC. *Idem.*

95 Art. 34, CPC. *Idem.*

cooperacional, a própria autoridade central adotará medidas necessárias para o cumprimento da técnica cooperacional⁹⁶.

3.1.2.2 Objeto do auxílio direto

Conforme mencionado acima, o Código Processual brasileiro estabeleceu, em seu art. 30, quais serão os atos que poderão ser objeto de realização por meio do auxílio direto, além daqueles que estão previstos em tratados internacionais em que o Brasil é signatário.

Primeiramente, têm-se a obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos ou jurisdicionais findos ou em curso⁹⁷. Ademais, poderá ser objeto da referida técnica cooperacional a colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária estrangeira⁹⁸. Por fim, poderão ser realizados quaisquer outras medidas judiciais ou extrajudiciais não proibidas pela lei brasileira⁹⁹.

Pertinente é a colocação de Luciano Pereira, ao destacar que o art. 30, III do CPC consagra uma cláusula de abertura, quando fala que poderá ser objeto do auxílio direto quaisquer outras medidas judiciais ou extrajudiciais não proibidas pela lei brasileira, afirmando que poderão ser requeridas, através desta técnica: a) as comunicações de atos processuais (citações, intimações e notificações); b) a fixação de pensões alimentícias; c) a determinação, em certas hipóteses, de medidas cautelares (como o bloqueio de ativos financeiros e o sequestro de bens) e de decisões de tutela antecipada; d) a produção de certas provas; e, e) a restituição de menores ilicitamente levados de seus lugares de residência habitual, dentre outras¹⁰⁰.

Contudo, os atos supracitados pelo autor estão num patamar mais elevado do que o próprio instituto do auxílio direto alcança, possuindo, alguns dos exemplos

96 Art. 32, CPC. Idem

97 Art. 30, I, CPC. Idem.

98 Art. 30, II, CPC. Idem.

99 Art. 30, III, CPC. Idem.

100 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 28.

citados por Pereira, caráter decisório, contrariando o objetivo do auxílio direto, que é de instruir ou dar andamento a procedimento que tramita em território estrangeiro.

3.2 A CARTA ROGATÓRIA

A carta rogatória é uma técnica de cooperação internacional onde “se solicita a atuação de outra jurisdição para dar, em geral, cumprimento a ato referente ao bom desenvolvimento de um processo cível ou criminal¹⁰¹”, em que inicia-se em Estado estrangeiro.

Nádia de Araújo complementa, de forma acertada, a função real da carta rogatória, em sua forma passiva, ensinando que a presente medida cooperacional roga-se a uma autoridade estrangeira, que vai promover seu cumprimento, dentro de sua jurisdição, de atos processuais ordinatórios (intimações, notificações, citações), ou atos de natureza instrutória (produção probatória, como oitiva de testemunhas, realização de perícias) que interessam a outra soberania, em face de processo que necessita da realização de determinado/determinados ato/atos¹⁰².

O presente instituto era previsto na legislação brasileira desde o século XIX, através do Aviso Circular nº 01, de 1847. O referido aviso regulava as cartas rogatórias, abrindo o recebimento da técnica através da via diplomática ou consular, por meio de apresentação do interessado ou por remessa direta do juiz solicitante a outro juiz. Antes do Aviso Circular, comumente os juízes da época recebiam diretamente os pedidos e os cumpriam, sem qualquer tipo de formalidade, sendo que a maioria dos requerimentos advinha de Portugal, e a realização da medida no Brasil dava-se sem o conhecimento do governo imperial¹⁰³.

Outrossim, o *exequatur* das cartas rogatórias surgiu com a Lei nº 221/1894, instituindo juízo prévio de admissibilidade que, primeiramente, foi exercido pelo Poder Executivo e, após o advento da Constituição Federal do Brasil de 1934, pelo

101 ABADE, Denise Neves. *Op. cit.*, p. 81.

102 ARAUJO, Nadia. A importância da cooperação jurídica internacional para a atuação do Estado brasileiro no plano interno e internacional. In: *Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal*. (Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)). 3. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

103 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 230.

Supremo Tribunal Federal – STF¹⁰⁴ até a edição da Emenda Constitucional nº 45/04. A competência atual, que é conferida ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, para a apreciação da medida em estudo, será objeto de enfrentamento a seguir.

Percebe-se, então, que o instituto da carta rogatória, no que concerne ao seu procedimento, tem início em processo que tramita em território estrangeiro, seja ele cível ou penal, e solicita a uma outra soberania cooperação jurídica internacional a realização de atos processuais em sua jurisdição.

É inegável dizer que há uma diferença entre o instituto das cartas rogatórias e do auxílio direto. Enquanto esta ocorre inteiramente no âmbito interno do país que prestará a cooperação, aquela ocorre, primeiramente nas duas soberanias, no país demandante e no país demandado¹⁰⁵.

Deste modo, a utilização da presente técnica cooperacional deve ser utilizada quando versar sobre ato que tenha maior grau de formalidade¹⁰⁶, exigindo um juízo de delibação. Este sistema de delibação, que consiste também em ato que diferencia auxílio direto e carta rogatória, compreende-se na realização de uma análise dos requisitos formais do pedido da carta rogatória, impedindo que a jurisdição demandada analise o mérito dos pedidos processuais a serem realizados em seu território¹⁰⁷.

3.2.1 Carta rogatória ativa e passiva

A carta rogatória é passível de classificação vetorial, podendo assumir as formas: a) ativa; b) passiva.

O presente mecanismo assumirá a forma ativa quando for expedida por uma autoridade jurisdicional a uma outra soberania. Vale lembrar que ele deve observar os requisitos normativos previstos no ordenamento jurídico do país demandante para a sua realização, principalmente no que tange a forma e a maneira de expedição, sendo que o mesmo deverá ser possível, certo e determinado¹⁰⁸.

104 Idem.

105 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 29.

106 CAMBI, Eduardo et al. *Curso de processo civil completo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 107.

107 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. p. 29.

108 BARBOSA JÚNIOR, Márcio Mateus. *Cartas rogatórias ativas e passivas no Direito contemporâneo*. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?>

No que se refere à carta rogatória passiva, esta é oriunda de uma jurisdição estrangeira, o Estado demandante, para a realização de atos processuais na jurisdição do território do demandado, sujeita ao eventual juízo de delibação¹⁰⁹.

3.2.3 A carta rogatória no Brasil

A carta rogatória na jurisdição brasileira está disciplinada em um único dispositivo legal, vale dizer, o artigo 36 do Código de Processo Civil de 2015.

Conforme se depreende do art. 36 do CPC, “o procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal¹¹⁰”. Logo, deve-se garantir o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV¹¹¹, da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Outrossim, poderá haver uma defesa, que será restrita somente quanto aos aspectos formais (dos requisitos) da carta rogatória¹¹². Além disso, o § 1º do artigo supracitado deixa claro que deverão ser atendidos os requisitos para que a decisão estrangeira tenha eficácia no Brasil. Os respectivos requisitos para a execução da carta rogatória são¹¹³: a) o pedido ter sido proferido por autoridade competente no país demandante; b) ser precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia; c) ser eficaz no país que demanda a carta rogatória; d) não constituir ofensa à coisa julgada brasileira; e) estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a torne desnecessária prevista em tratado internacional; f) não conter manifesta ofensa à ordem pública.

Ademais, frisa-se que a medida de urgência concedida sem audiência do réu poderá ser executada, desde que garantido o contraditório em momento posterior¹¹⁴.

n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11196>. Acesso em 10 out. 2017.

109 Idem.

110 Art. 36, *caput*, CPC. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. *Op. Cit.*

111 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988. *Op. Cit.*

112 Art. 36, § 1º, CPC. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. *Op. Cit.*

113 Art. 963, I, II, III, IV, V, VI, CPC. Idem.

114 Art. 962, § 2º, CPC. Idem.

Meneguetti afirma que o parágrafo 2º¹¹⁵ do artigo 36 do CPC apresenta somente uma defesa formal, não sendo possível a parte contrária a que pede o cumprimento da carta a oposição de qualquer tipo de defesa sobre o mérito da decisão, interlocutória ou sentença¹¹⁶.

3.2.3.1 Do veto do artigo 35 do CPC

Na promulgação do Código de Processo Civil de 2015, o artigo 35 sofreu um veto presidencial, por sugestão e iniciativa do Ministério da Justiça e da Advocacia-Geral da União. A redação do referido artigo vetado possuía o seguinte conteúdo:

Dar-se-á por meio de carta rogatória o pedido de cooperação entre órgão jurisdicional brasileiro e órgão jurisdicional estrangeiro para prática de ato de citação, intimação, notificação judicial, colheita de provas, obtenção de informações e cumprimento de decisão interlocutória, sempre que o ato estrangeiro constituir decisão a ser executada no Brasil¹¹⁷.

Nas razões do veto¹¹⁸, afirmou-se que em virtude de o Brasil ser signatário de vários tratados internacionais, dispensa-se a carta rogatória para medidas cooperacionais entre os países¹¹⁹, “de modo que a burocracia criada pela carta rogatória não se justificava¹²⁰”.

3.2.3.2 Da competência e do processamento

115 Art. 36. O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal. § 2º Em qualquer hipótese, é vedada a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira. Idem.

116 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 30.

117 IMPRENSA NACIONAL DE VISUALIZAÇÃO DOS JORNAIS OFICIAIS. Diário Oficial da União de 17 de março de 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/03/2015&jornal=1&pagina=51&totalArquivos=128>>. Acesso em 11 out. 2017, p. 51.

118 Consultados o Ministério Público Federal e o Superior Tribunal de Justiça, entendeu-se que o dispositivo impõe que determinados atos sejam praticados exclusivamente por meio de carta rogatória, o que afetaria a celeridade e efetividade da cooperação jurídica internacional que, nesses casos, poderia ser processada pela via do auxílio direto. Idem.

119 Por exemplo os tratados que contemplam o auxílio direto como técnica de cooperação internacional, como é o caso da Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro, aprovada pelo Decreto nº 10, de 1958, e promulgada pelo Decreto Executivo nº 56.826.

120 PEREIRA, Luciano Meneguetti. *Op cit.*, p. 29.

A partir da vigência da Emenda Constitucional 45/04¹²¹, a Constituição Federal Brasileira de 1988 atribuiu a competência do *exequatur* da carta rogatória ao Superior Tribunal de Justiça – STJ¹²², a partir da redação conferida ao art. 105, I, “i”, da CF 1988.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
I – processar e julgar, originariamente:
i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)¹²³

No que tange ao processamento das medidas cooperacionais em estudo, importante frisar que existe um tratamento diferente para as cartas rogatórias ativas e passivas.

Quanto às rogatórias passivas, após o juízo de delibação realizado pelo STJ, as cartas rogatórias são processadas e enviadas para serem cumpridas na Justiça Federal¹²⁴. No que se refere às ativas, estas são enviadas, do tribunal rogante, para o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional, órgão do Ministério da Justiça, que a enviará para o país demandado¹²⁵.

3.2.3.3 A jurisprudência do STJ e do STF

Quando a competência para o *exequatur* das cartas rogatórias era conferida ao STF, sua denegação podia se dar por dois motivos: a) defeito formal – quando há falta dos pressupostos para a constituição da carta rogatória, como por exemplo a falta de tradução, falta de chancela consular, etc.; b) defeito material – quando a presente técnica de cooperação internacional ofende a ordem pública, os bons costumes e/ou a soberania nacional¹²⁶.

Um caso marcante de ofensa à soberania nacional que uma carta rogatória causaria, na época que o STF detinha o poder para o juízo de delibação, foi quando a Argentina solicitou que uma audiência para a oitiva de testemunha fosse realizada

121 A competência para a análise de todos os atos recebidos do exterior e para a concessão do *exequatur* nas cartas rogatórias passivas, antes da EC 45/04, era do Supremo Tribunal Federal – STF. ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 229.

122 Observa-se, então uma nova distinção da carta rogatória para o instituto do auxílio direto, onde a competência para a apreciação desta compete ao Juízo Federal de 1ª instância, conforme estudado anteriormente.

123 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988. *Op. Cit.*

124 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 229.

125 Ibidem, p. 229-230.

126 Ibidem, p. 242.

na embaixada de seu país em território brasileiro, sendo que o magistrado do referido país viria até o território brasileiro para a realização do ato processual. O STF entendeu que haveria ofensa a soberania nacional, pois a produção da referida prova somente poderia ser colhida perante magistrado brasileiro, mais especificamente diante da Justiça Federal¹²⁷. A presente posição do STF foi confirmada pelo STJ, nas cartas rogatórias nº 2794¹²⁸.

Quanto às cartas rogatórias que violam a ordem pública, Nádia de Araújo aponta que há poucos casos em que ela se consubstancia veemente como violação¹²⁹, afirmando, nas que há algum tipo de transgressão, em sua maioria referem-se aos casos em que há competência concorrente, “nas impugnações dos que são intimados, pois muitos entendem que seria incompetente a justiça estrangeira, quando o réu fosse domiciliado no país¹³⁰”. O STJ indefere, reiteradamente, esses tipos de pedidos, sob o argumento dos arts. 21 e 22 do Código Processual Civil Brasileiro de 2015¹³¹.

No que se refere aos defeitos formais da carta rogatória, o STJ é bastante rigoroso quanto a verificação dos pressupostos de *exequatur* da presente técnica

127 Revela-se lesiva à soberania brasileira, e transgredir o texto da Lei Fundamental da República, qualquer autorização, que, solicitada mediante comissão rogatória emanada de órgão judiciário de outro País, tenha por finalidade permitir, em território nacional, a inquirição, por magistrados estrangeiros, de testemunha aqui domiciliada, especialmente se se pretender que esse depoimento testemunhal - que deve ser prestado perante magistrado federal brasileiro (CF, art. 109, X) [...] O Estado rogante, no entanto, pretende muito mais do que isso, pois deseja inquirir, por intermédio de seus próprios agentes, em sua Missão Diplomática, uma testemunha domiciliada em território brasileiro. Essa pretensão - como precedentemente já enfatizado - conflita com o texto da Constituição do Brasil e ofende, de maneira frontal, a soberania nacional (CF, art. 1º, I c/c art. 109, X). Assim sendo, tendo em consideração as razões expostas, nego “exequatur” à presente comissão rogatória. Devolva-se, em consequência, por via diplomática, a presente carta rogatória. Comuniquem-se (Ministros da Justiça e das Relações Exteriores). Publique-se. Brasília, 19 de fevereiro de 1999. Ministro CELSO DE MELLO Presidente 4. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - CR: 8577, Relator: Min. PRESIDENTE, Data de Julgamento: 19/02/1999, Data de Publicação: DJ 01/03/1999 PP-00034.

128 CR 2794. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Rel. Min. Barros de Monteiro, DJ 09/11/2007.

129 ARAUJO, Nádia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 242-243.

130 Idem.

131 Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil; II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação; III - o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.

Parágrafo único. Para o fim do disposto no inciso I, considera-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que nele tiver agência, filial ou sucursal. Art. 22. Compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações: I - de alimentos, quando: a) o credor tiver domicílio ou residência no Brasil; b) o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos; II - decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil; III - em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional. BRASIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. *Op. Cit.*

cooperacional, sendo comum várias cartas serem indeferidas sob o argumento de ausência de documentos obrigatórios para a concessão da carta¹³².

Oportuno registrar que há um crescimento da utilização de convenções internacionais, tanto a bilateral quanto a multilateral, para embasar o argumento quanto à concessão ou denegação da ordem que conceda a execução da carta rogatória. Um exemplo que poder-se-ia utilizar é o Tratado de Auxílio Mútuo em matéria penal entre o Estado brasileiro e o Estado português, sendo o pedido da carta rogatória nº 44/STJ¹³³ concedido com base em tal tratado bilateral.

Em última análise, importante mencionar os casos em que há denegação da carta rogatória com base em tramitação da medida cooperacional em via particular. Na Ag CR nº 9563/STJ¹³⁴ um dos polos do processo requereu a citação do réu brasileiro pessoalmente perante o STJ. O Superior Tribunal de Justiça indeferiu o pleito cooperacional sob o argumento de que a via diplomática era essencial para a tramitação do feito, ante a ausência de tratado entre o Brasil e Hong Kong.

3.2.3.3.1 Caráter executório da carta rogatória

O posicionamento do STF quanto às medidas que possuíam natureza executória no objeto das cartas rogatórias era que somente seria possível sua realização caso existisse um título judicial (sentença); caso contrário seriam indeferidas¹³⁵. O argumento do referido tribunal era notado nas hipóteses em que a

132 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 243.

133[...] Opina o Ministério Público Federal pela concessão da ordem, ao fundamento de que “os requisitos do pedido de diligência, segundo o Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, foram atendidos”. CR 44. STJ, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ 08/09/2005.

134 PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CARTA ROGATÓRIA. TRÂMITE POR VIA PARTICULAR. IMPOSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DA VIA DIPLOMÁTICA. I - Os pedidos de cooperação jurídica internacional, cujas diligências dependem da prévia concessão de exequibilidade pelo Superior Tribunal de Justiça, devem tramitar pela via diplomática, sendo inviável o requerimento articulado diretamente pelo autor do processo em trâmite na Justiça estrangeira. II - Conclusão pacífica na doutrina de Pontes de Miranda, Susan Kleebank e Moniz de Aragão e resultado da interpretação conjunta do art. 211 do Código de Processo Civil, combinado com os arts. 7º, parágrafo único, e 14 da Resolução STJ n. 09 de 2005 e com os arts. 4º e 6º, I, da Portaria Interministerial n. 501, de 2012, que define a tramitação das cartas rogatórias. Agravo regimental desprovido. STJ - AgRg na CR: 9563 EX 2014/0267817-9, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 04/02/2015, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 09/03/2015.

135 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 244.

ordem se voltava aos casos em que era requerido penhora, quebra de sigilo bancário, etc.

Mesmo após a revogação da Lei nº 221/1894, que instituiu o *exequatur* das cartas rogatórias, o STF continuou na mesma linha de entendimento anterior, baseando seus julgados na preservação da ordem pública. Na Carta Rogatória nº 2963/STF, o então Ministro Antônio Neder afirmou que a referida técnica cooperacional não pode versar sobre conteúdo executório, devendo a sentença ser homologada. Ademais, afirmou que a carta tem como objeto a citação e diligências que tratem de atos instrutórios¹³⁶.

Ao passo em que se firmavam convenções internacionais, sejam elas multilaterais ou bilaterais, que tratavam expressamente do tema, o Tribunal brasileiro foi mitigando seu entendimento. Um dos principais exemplos é do Protocolo de

136 DENEGAÇÃO DE EXEQUATUR [...] Trata-se de rogatória, oriunda da Justiça argentina, extraída dos autos de ação ordinária em que se alvitra a inscrição no Registro da cidade de Santa Vitória do Palmar da inibição geral de bens do réu Alfonso Leopoldo Brunacci. O texto da rogatória não fornece maiores subsídios, mas tudo elva a crer que se visa à oneração de imóvel ou imóveis, situados no Brasil. Como a apreciação das ações relativas a imóveis localizados neste País são da competência exclusiva das autoridades jurisdicionais brasileiras (C.P.C., art. 89, I), o parecer é contrário ao deferimento do exequatur [...] Ve-se que a nobre Justiça argentina pretende que a do Brasil execute medida cautelar sem que a respectiva sentença haja sido homologada pela competente autoridade brasileira, no caso o Presidente do Supremo Tribunal Federal (Constituição de 1967 com as Emendas nos. 1 e , art. 119, § 3º, d). Ora, constitui princípio fundamental do direito brasileiro sobre rogatórias o de que nestas não se pode pleitear medida executória de sentença estrangeira que não haja sido homologada pela Justiça do Brasil [...] Na verdade, assim deve ser, porque o princípio que domina o assunto é o de que a carta rogatória tem por objeto a citação e as diligências que tratem de atos instrutórios, e não as medidas executórias de quaisquer decisões, pois estas dependem de homologação pela Justiça do Brasil. Noutras palavras, a carta rogatória não pode afastar, por via oblíqua, a necessidade imperiosa de a Justiça brasileira homologar sentença estrangeira.3. Pelos fundamentos deduzidos, nego exequatur à presente carta rogatória. Supremo Tribunal Federal, 26 de março de 1979. Min. ANTONIO NEDER Presidente. STF - CR: 2963 AT, Relator: Min. ANTONIO NEDER, Data de Julgamento: 26/03/1979, Data de Publicação: DJ 20-04-1979.

Medidas Cautelares do Mercosul¹³⁷, mais especificamente em seu artigo 10¹³⁸ e 19¹³⁹, onde garantiu-se que os atos judiciais e arbitrais estrangeiros referentes a medidas cautelares obtivessem eficácia nos ordenamentos jurídicos nacionais pertencentes ao referido bloco econômico¹⁴⁰.

Após o advento da Resolução nº 09/05 do STJ, conforme estudado anteriormente, permitiu-se, expressamente, que as cartas rogatórias podem ter por objeto atos decisórios ou não decisórios¹⁴¹, sendo a referida resolução incorporada ao Regimento Interno do STJ e ao CPC brasileiro de 2015.

Consequentemente, a maioria dos casos que envolviam conteúdo decisório/executório eram deferidos, principalmente em pedidos de penhora, pois trata-se, na maioria das vezes, de medida liminar¹⁴². Um caso interessante foi quanto

137 Também chamado de Protocolo de Medidas Cautelares de Ouro Preto, foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro em 15 de junho de 1998 mediante Decreto Presidencial nº 2626. O referido instrumento jurídico objetiva que todos os Estados que façam parte do MERCOSUL reconheçam os efeitos das medidas cautelares de territórios estrangeiros que são membros do referido Mercado Comum. Em outras palavras, intenta-se a possibilidade da livre circulação das medidas cautelares, garantindo eficácia dentro de todo o âmbito de aplicação do MERCOSUL. Segundo Raúl Cervini e Juarez Tavares, com a inovação do Protocolo de Medidas Cautelares de Ouro Preto em relação ao Protocolo de Las Leñas, pois aquele inseriu na cooperação jurídica internacional as medidas cautelares quanto a matéria penal, além das cíveis, criou-se o chamado direito penal comunitário, calcado na ideia de “proteção, através de reações penais, dos interesses comunitários que se hierarquizam na qualidade de bens jurídicos equiparados com os interesses tutelados pelo ordenamento jurídico interno, em face de uma necessária harmonização”. CERVINI, Raúl; TAVARES, Juarez. *Princípios de cooperação judicial penal internacional no protocolo do Mercosul*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 33-35.

138 “Autonomia da Cooperação Cautelar” Artigo 10: O cumprimento de uma medida cautelar pela autoridade jurisdicional requerida não implica o compromisso de reconhecimento ou execução da sentença definitiva estrangeira proferida no processo principal. STF. PROTOCOLO DE MEDIDAS CAUTELARES. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/forumCorteSupremaNorma/forumCorteSupremaNorma_AP_75312.pdf>. Acesso em 15 out. 2017.

139 “Transmissão e Deligenciamento” Artigo 19: A carta rogatória relativa ao cumprimento de uma medida cautelar será transmitida pela via diplomática ou consular, por intermédio da respectiva Autoridade Central ou das partes interessadas. Quando a transmissão for efetuada pela via diplomática ou consular, ou por intermédio das autoridades centrais, não se exigirá o requisito da legalização. Quando a carta rogatória for encaminhada por intermédio da parte interessada, deverá ser legalizada perante os agentes diplomáticos ou consulares do Estado requerido, salvo se, entre os Estados requerente e requerido, haja sido suprimido o requisito da legalização ou substituído por outra formalidade. Os Juízes ou Tribunais das zonas fronteiriças dos Estados Partes poderão transmitir-se, de forma direta, os “exhortos” ou cartas rogatórias previstos neste Protocolo, sem necessidade de legalização. Não será aplicado no cumprimento das medidas cautelares o procedimento homologatório das sentenças estrangeiras. Idem.

140 GASPAR, Renata Alvares. *O protocolo mercosurenho sobre medidas cautelares e o sistema jurídico brasileiro: Uma pequena apreciação*. Revista Brasileira de Direito Constitucional (RBDC): Revista do Programa de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Direito Constitucional. Escola Superior de Direito Constitucional (ESDC) – São Paulo: ESDC, 2010. N.15, p. 257-268, jan./jun. 2010, p. 260.

141 Art. 7º, Resolução nº 09/2005 STJ.

142 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 245.

a um pedido de penhora solicitado pelo México, na CR 2.260/STJ, no qual o relator do caso, o ex-ministro Barros Monteiro, afirmou que a medida requerida não atentava contra a soberania nacional ou à ordem pública, explicando, também, que o ato que garante a execução pleiteado era um ato preparatório de futura execução¹⁴³.

Quanto aos pedidos de quebra bancária, pode-se concluir que estes são analisados caso a caso, após a verificação de que a técnica cooperacional não fere a ordem pública¹⁴⁴.

Por fim, Nádia de Araújo observa que após a vigência da Resolução nº 09/05 do STJ, combinada com convenções que tratem expressamente sobre o tema de execução em cartas rogatórias¹⁴⁵, aumentaram, exponencialmente as chances de o pleito cooperacional ser atendido pelo Estado brasileiro¹⁴⁶.

Observa-se, portanto, o caráter complexo do instituto das cartas rogatórias, diferenciando bastante do auxílio direto, que é um processo mais simples e célere, porém com objeto e processamento diferentes.

Por derradeiro, com o advento nº 09/2005 do STJ, notou-se que o âmbito de aplicação das cartas rogatórias se expandiu, podendo ter como matérias de conteúdo probatório, executório e citatório, garantindo maior acesso à justiça dos jurisdicionados, na esfera da cooperação jurídica internacional passiva e ativa.

Parte-se, nesse momento, ao estudo, em um capítulo específico, sobre a técnica cooperacional da homologação de sentença estrangeira, haja vista sua importância no contexto econômico, social e jurídico na sociedade.

143 CR 2260. STJ, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ 12/06/2007.

144 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*

145 Como a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo), o Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre Brasil e Portugal, o Protocolo de Medidas Cautelares do Mercosul, a Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores, etc.

146 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, p. 246-248.

4. A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

No contexto social e econômico atual, tornam-se mais frequentes as relações entre sujeitos de direitos de Estados diferentes e, ao passo em que esses vínculos são construídos, as soberanias devem estar preparadas para que as atividades jurisdicionais surtam efeitos em outro território soberano, caso demandada.

Verdade seja dita, está é uma forma dos julgados possuírem eficácia ultrapassando fronteiras nacionais, consubstanciada através do atendimento dos direitos subjetivos dos indivíduos, reconhecidos na sentença judicial ou arbitral, garantindo, assim, efetividade à jurisdição.

A necessidade dessa satisfação de direitos se dá ante a heterogeneidade de lugares em que o sujeito de direitos possa estar domiciliado, ou que tenha algum direito afirmado, ou que lá possua bens jurídicos sobre os quais incide a responsabilidade patrimonial do devedor¹⁴⁷.

4.1 HISTÓRICO

Inicialmente, importante lembrar que as homologações/reconhecimento das sentenças estrangeiras desenvolveu-se, autonomamente, em vários lugares do mundo, a partir da Idade Moderna¹⁴⁸, possuindo características históricas e materiais condicionados pelos seus respectivos contextos. Assim, fica difícil a exposição do histórico da evolução do presente instituto de forma linear e cronológica, adotando-se, portanto, o estudo da matéria em grupos que se relacionam entre si.

Colocada tal premissa, ressalta-se que a origem do Direito Internacional Privado se deu ao mesmo tempo em que a doutrina italiana dos Estatutos reconheceu o problema da eficácia de decisões advindas de países estrangeiros, nos séculos XIV e XV¹⁴⁹.

Com efeito, a doutrina italiana

147 ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 11.

148 Ibidem, p. 12.

149 CONDORELLI, Luigi, 1967, p. 35-36 *apud* ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti, *Op. Cit.*, p. 13.

baseava-se na suposta existência de princípios pertencentes a um sistema jurídico tomado como superior, o direito comum (*ius commune*), ao qual cumpria reduzir a uma unidade os diversos ordenamentos jurídicos particulares. Segundo esses teóricos, esse direito superior, de natureza meramente lógica e racional, atuava como um mínimo denominador comum, portador dos princípios gerais dos quais decorriam e em que se fundavam os sistemas particulares¹⁵⁰.

Ao passo em que se alcançava a soberania dos Estados nacionais, no fim da Idade Média, houve grandes mudanças no contexto da eficácia extraterritorial das decisões. Reconheceu-se a territorialidade como uma consequência da soberania, e, portanto, ficou claro que os atos jurisdicionais de cada Estado deveriam respeitar seus limites internos, não incidindo sobre seu território atos decorrentes de um ordenamento jurídico estrangeiro¹⁵¹.

A partir do século XVII, a escola holandesa conseguiu, de certa forma, resolver a questão da eficácia das decisões estrangeiras. Diferente da doutrina italiana, a Holanda afirmava que não era mais possível suscitar o *ius commune* para que ele servisse de fundamento para o reconhecimento de sentenças estrangeiras. A leitura da escola italiana não estava mais em consonância com a ideia da soberania dos Estados, devendo-se respeitar a territorialidade e a autonomia de cada país¹⁵².

A escola holandesa atribuía à sentença um valor restrito, cabendo, assim, discricionariedade do Estado em decidir a validade de uma decisão advinda de um território estrangeiro. França, Inglaterra e os Estados Unidos adotaram tal posicionamento na época. Porém, segundo André Abbud, na Europa o referido posicionamento holandês não permaneceu por muito tempo, haja vista críticas pesadas da doutrina, principalmente por dividir espaço com outras teorias, como a de Savigny e Mancini, que criticavam duramente o posicionamento holandês¹⁵³.

A teoria dos autores supracitados baseava-se no *Rechtsgemeinschaft der Völker*, ou seja, a existência de uma comunidade de direitos, onde difundia-se o “dever de internalização de atos jurídicos estrangeiros¹⁵⁴”. Savigny entendia que é um resultado natural do desenvolvimento de cada Estado e do direito, além da concentração das relações internacionais, gerando, deste modo, a divergência de

150 ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Op. Cit., Loc. Cit.*

151 Idem.

152 Ibidem, p. 13-14.

153 Ibidem, p. 14.

154 Ibidem, p. 15.

interesses entre países. Mancini, por outro lado, acreditava na afabilidade advindo da própria natureza humana, onde, por sua vez, gerava o dever de justiça internacional¹⁵⁵.

Por outro enfoque, Carl Ludwig von Bar, no século XIX, atribuiu ao reconhecimento de sentença estrangeira o caráter de *lex specialis*. “A sentença, como conclusão de um processo silogístico de aplicação das leis ao caso concreto, não passaria de uma lei especial à norma jurídica geral e abstrata aplicada¹⁵⁶”. Assim, o problema da eficácia das decisões estrangeiras seria resolvido através da aplicação das normas e princípios do Direito Internacional Privado.

Observa-se, portanto, a evolução das teorias quanto à homologação de sentenças estrangeiras. Ao passo em que os Estados se tornavam autônomos e soberanos, a ideia da ordem jurídica comum, ou *ius commune*, justificadora da eficácia universal das sentenças, foi sendo abandonada, paulatinamente, para a ideia de que a sentença, *prima facie*, somente possui validade no território onde foi prolatada. Por conseguinte, o reconhecimento de decisões advindas de outra soberania depende de atos de consentimento a serem praticados pelos mesmos¹⁵⁷.

4.1.1 Sistema de delibação

O sistema de delibação é o procedimento necessário para o reconhecimento de sentenças estrangeiras. Porém, o referido sistema é diferente em cada país, principalmente quanto a permeabilidade às sentenças e o meio processual adotado para o seu reconhecimento¹⁵⁸.

Dito isso, Abbud classifica o sistema de delibação dos ordenamentos jurídicos em três categorias. O primeiro é o chamado sistema de completo isolamento que, praticamente, não é mais utilizado. Como o próprio nome sugere, a ordem jurídica que adere a essa classificação é refratária ao reconhecimento de sentenças estrangeiras, necessitando ao interessado o ajuizamento de nova demanda sobre a lide já decidida em território estrangeiro¹⁵⁹.

155 Idem.

156 Ibidem, p. 18.

157 Ibidem, p. 893.

158 ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Op. Cit.*, p. 21.

159 Ibidem, p. 21-22.

Para essa primeira concepção, crê-se que não existe, de fato, um sistema de delibação, pois o Estado nega qualquer eficácia da decisão estrangeira, devendo o necessitado ingressar com uma nova ação buscando os efeitos desejados.

O segundo sistema é denominado como de isolamento atenuado e, como o anterior, demanda a necessidade da propositura de nova ação sobre a lide já decidida, porém há presunção positiva em relação ao requerente, comportando ônus probatório ao réu no novo processo¹⁶⁰.

Para o segundo modelo, percebe-se também que não há um real sistema de delibação; somente um prognóstico de veracidade de decisão estrangeira mediante ajuizamento de nova lide em território nacional.

Quanto a última modalidade, está é chamada de sistema de reconhecimento condicionado. Este juízo de delibação reconhece a decisão estrangeira como um ato jurisdicional de outro país e a submete a um controle jurisdicional interno para a sua eficácia em seu território¹⁶¹.

Assim, para este último sistema de delibação, o mais utilizado e o mais importante na ordem jurídica mundial, a gênese deu-se através do Código de Processo Civil italiano de 1865 e, segundo este diploma legal, “o órgão de controle está adstrito à verificação da presença de expressos, limitados e bem-definidos requisitos, a cujo cumprimento a lei subordina da eficácia do julgado [...]”¹⁶²

No ordenamento jurídico brasileiro, o sistema de delibação é chamado de processo de homologação, ato este que reconhece e empresta eficácia às sentenças e decisões estrangeiras. As autoridades brasileiras competentes, no caso o STJ, verifica os requisitos legais da do julgado advindo de outro país, e reconhecem-no, no Brasil, para que ele surta efeitos¹⁶³.

4.1.2 Brasil

160 Ibidem, p. 22.

161 Idem.

162 Ibidem, p. 22-23.

163 Ibidem, p. 24-25.

Com a instituição do Decreto nº 6.982, 27 de julho de 1878, instituiu pela primeira vez o sistema de delibação no Brasil, com inspiração no Código de Processo Civil português de 1876 e do Código Processual italiano de 1865¹⁶⁴.

Por meio do decreto supracitado, a sentença estrangeira seria homologada caso estivessem presentes os requisitos legais, além do “cumpra-se” do juiz competente¹⁶⁵. Entre os requisitos legais, estava a reciprocidade, que, posteriormente foi substituída, pelo Decreto nº 7.777/1880, para um *exequatur* administrativo

Com o advento da República, criou-se o sistema de homologação de sentenças estrangeiras com competência delegada ao Supremo Tribunal Federal, através da Lei 221, de 20 de novembro de 1894. Outrossim, a competência do STF para o julgamento foi acolhida primeiramente na Constituição de 1934 e, após, em todas as outras Constituições seguintes¹⁶⁶.

Ademais, o requisito legal de reciprocidade foi suprimido pela referida lei e o *exequatur* administrativo, que era utilizado até então, foi direcionado somente para as cartas rogatórias advindas do estrangeiro¹⁶⁷, sendo que as sentenças submetiam-se ao processo homologatório.

No âmbito processual, o reconhecimento de sentenças estrangeiras começou a ser tratado a partir do Código Processual de 1939, discorrendo sobre os requisitos exigidos para homologação¹⁶⁸ e o procedimento a ser respeitado pelo STF¹⁶⁹.

164 Ibidem, p. 26.

165 Decreto nº 6.982/1878: Art. 4º O Juiz, a quem fôr apresentada a sentença para execução, verá si ella tem os requisitos do art. 1º, e, si por não offender o art. 2º, está no caso de ser executada. § 1º Si achar que a sentença é exequível lhe porá o - cumpra-se.

166 a) Constituição de 1937: art. 101, I, “f”; b) Constituição de 1946: art. 101, I, “g”; c) Constituição de 1967: art. 114, I, “g”; d) Constituição de 1988: art. 102, I, “h”.

167 ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Op. Cit.*, p. 27.

168 Art. 791. As sentenças estrangeiras, serão homologadas si nelas concorrerem os seguintes requisitos: I – virem revestidas das formalidades externas necessárias à sua execução, segundo a legislação do respectivo Estado; II – haverem sido proferidas por juiz competente, citadas as partes ou verificada a sua revelia, segundo a mesma legislação; III – terem passado em julgado; IV – estarem devidamente autenticadas pelo consul brasileiro; V – estarem acompanhadas de tradução, feita para tradutor oficial.

Art. 792. Não obstante satisfeitos os requisitos do artigo antecedente, as sentenças não serão homologadas, se contiverem decisão contrária á soberania nacional, á ordem pública ou aos bons costumes. BRASIL. *Código de Processo Civil de 1939*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm>. Acesso em 25 out. 2017.

169 Art. 793. No processo de homologação, observar-se-á o seguintes: I – distribuída a sentença estrangeira, relator mandará citar o executado para, dentro em dez (10) dias contados da citação, deduzir os seus embargos, podendo o exequente, em igual prazo, contestá-los; II – a oposição somente poderá fundar-se em dúvida sobre a autenticidade do documento ou sobre a inteligência da

Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 45/2004, conforme estudado, alterou-se a competência para o julgamento do processo de homologação de sentença estrangeira, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça a análise.

Nos dias atuais, a homologação de sentença estrangeira, tanto no seu aspecto processual, quanto no aspecto material, estão dispostos no Código de Processo Civil de 2015 e no Regimento Interno do STJ.

4.2 CONCEITO

Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero afirmam que “o processo de homologação de sentença estrangeira visa aferir a possibilidade de decisões estrangeiras produzirem efeitos dentro da ordem jurídica nacional¹⁷⁰”, sendo que “uma vez homologada, a sentença poderá produzir os mesmos efeitos de uma sentença nacional¹⁷¹”.

Deste modo, percebe-se que, em princípio, as sentenças nacionais não são aptas a produzirem eficácia em território estrangeiro, haja vista que o poder jurisdicional é abarcado pela soberania que cada Estado possui e, sendo assim, constitui decisão autônoma.

Pela definição de Marinoni e Mitidiero, observa-se a oportunidade do reconhecimento de uma sentença produzir efeitos em outro país, através do processo de reconhecimento de sentenças, que no Brasil é chamado de homologação de decisão estrangeira¹⁷².

4.3 O PROCESSO DE HOMOLOGATÓRIO BRASILEIRO

sentença, ou na falta de qualquer dos requisitos enumerados nos artigos 791 e 792. III – em seguida á contestação, ou findo o respectivo prazo, terá vista, para dez (10) dias, o Procurador Geral da República e, com o seu parecer, subirá o processo ao relator e ao revisor na forma estabelecida para as apelações; IV – confirmada a sentença, extrair-se-á a respectiva carta, a que se juntará a sentença homologada, para execução no juízo competente; V – si a execução da sentença estrangeira for requisitada para via diplomática e o sequênciã não comparecer, o Tribunal, ex officio, nomeará curador que promova os termos do processo.

Igualmente se procederá em relação ao executado, si não comparecer, estiver ausente ou for menor ou interdito. Idem.

170 MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil comentado artigo por artigo*. São Paulo: RT, 2008, p. 489.

171 PORTELA, Paulo. *Direito internacional público e privado*. Salvador: Juspodivm, 2010, p. 562.

172 Conforme estudo no presente trabalho, o termo “reconhecimento de sentenças estrangeiras” é um termo genérico, sendo que cada país adota um vocábulo, que depende do seu juízo de delibação.

Como visto, o instituto da homologação de decisões estrangeiras no Brasil está regulado basicamente no seu Código de Processo Civil de 2015 e no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, além de previsão em convenções internacionais relativos ao tema em questão em que o Brasil é signatário.

Impende salientar que o Capítulo VI, do Título I, do Livro III¹⁷³, do CPC/2015, além de sistematizar as normativas da Resolução nº 09/2005 e da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, incorporou preceitos jurisprudenciais sobre a homologação de sentença estrangeira¹⁷⁴.

Enquanto o Código processual vigente, nos arts. 960 ao 965, estabelece diretrizes gerais sobre o tema da homologação, o Regimento Interno do STJ, nos arts. 216-A ao 216-N, complementa as regras de procedimento a ser adotado pela ação homologatória de decisão estrangeira.

4.3.1 Competência

Com a instituição da Emenda Constitucional nº 45 em 2004, conforme mencionado anteriormente, alterou-se a competência para o processo homologatório de sentenças estrangeiras, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça¹⁷⁵ a referida atribuição, mais especificamente ao presidente do Tribunal¹⁷⁶.

No ano seguinte, em 2005, a Resolução nº 05 do STJ normatizou, de forma provisória, a técnica cooperacional em estudo. Posteriormente, o próprio Tribunal Superior incorporou as diretrizes de sua resolução em seu próprio Regimento Interno.

173 “Da homologação de decisão estrangeira e da concessão do *exequatur* à carta rogatória”.

174 CAMBI, Eduardo *et al.* *Op. Cit.*, p. 1669.

175 Art. 1º Os arts. [...] 105[...] da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 105: i) a homologação de sentenças estrangeiras [...]. BRASIL. *Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em 27 out. 2017.

176 Art. 216-A. É atribuição do Presidente do Tribunal homologar decisão estrangeira, ressalvado o disposto no art. 216-K. STJ. *Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional/index.php/Regimento/article/view/532/3397>>. Acesso em 27 out. 2017.

4.3.2 Considerações gerais

Como visto, o Brasil se viu influenciado em regradar, de forma mais expansiva¹⁷⁷, o instituto da homologação de decisões estrangeiras, haja vista o desenvolvimento global e o aumento das relações jurídicas transnacionais, instrumento esse que pode ser necessário em relações rotineiras da sociedade.

Flávia Hill adota o posicionamento de que a homologação de decisão estrangeira deve, necessariamente, abarcar as decisões interlocutórias e finais, pois acredita que a utilização formal de dois instrumentos, a homologação e a carta rogatória, substancialmente semelhantes é desnecessário¹⁷⁸. Apesar da opinião de Hill, o art. 960, em seu § 1º, permite a realização da carta rogatória para decisões interlocutórias.

Em outro viés, importante salientar que o presente instituto comporta a sua execução de decisão estrangeira em caráter urgente¹⁷⁹ somente se garantido o contraditório do réu posteriormente¹⁸⁰.

A medida supracitada foi de extrema importância no ordenamento jurídico brasileiro, pois, por muitas vezes, a ciência do réu quanto à medida a ser empregada pode ser dificultada, principalmente pelo caráter transnacional da *lide*¹⁸¹.

Outrossim, o art. 27, IV, do CPC/2015 prevê a concessão de medida judicial de urgência. Em outras palavras, permite-se a realização de medida cautelar ou antecipação de tutela no processo homologatório.

Hill aponta que o código processual brasileiro acertou em tal medida, pois

muitas vezes, será fundamental para garantir a efetividade da decisão de homologação a ser proferida ao final do processo perante o Superior Tribunal de Justiça [...] em determinadas circunstâncias urgentes, merecem a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional como forma de resguardar a efetividade do provimento final, o processo de homologação de decisão¹⁸².

Em outra seara, o ordenamento jurídico brasileiro encampou a posição de que não é necessário o processo homologatório para sentenças estrangeiras que

177 HILL, Flávia Pereira. *Op. Cit.*, p. 756.

178 Idem.

179 Art. 962, *caput*, CPC/2015.

180 Art. 962, 2º, CPC/2015.

181 HILL, Flávia Pereira. *Op. Cit.*, p. 757.

182 Idem.

versem sobre divórcios consensuais, competindo a qualquer juiz examinar sua validade na hipótese de impugnação em processo de sua competência¹⁸³.

Neste passo, os provimentos estrangeiros não judiciais, caso constatada pela lei brasileira que assumem natureza de sentença, deverão ser submetidos ao processo de homologação, segundo o art. 961, § 1º, do CPC.

Por outro lado, a homologação de sentença estrangeira deverá ser realizada através da ação de homologação pela parte interessada, salvo disposição em tratado em sentido contrário¹⁸⁴, devendo o requerente instruir a petição inicial com a certidão ou cópia autêntica do texto integral da sentença estrangeira e com outros juramentos indispensáveis, devendo ser traduzidos por tradutor oficial ou juramentado no Brasil e cancelados pela autoridade consular brasileira, quando for necessário¹⁸⁵.

Por fim, importante é o art. 961, *caput*, do CPC/2015, pois prevê ao fim de seu texto normativo que a decisão estrangeira somente terá eficácia no Brasil após homologação de sentença estrangeira, podendo ser dispensada caso haja previsão em tratado internacional. Exemplo disso é o Protocolo de Las Leñas¹⁸⁶, prevendo, expressamente, a eficácia extraterritorial de sentenças e laudos arbitrais dos Estados signatários¹⁸⁷.

4.3.3 Requisitos

183 Art. 961, § 5º e 6º, CPC/2015.

184 Art. 960, *caput*, CPC/2015.

185 Art. 216-C, Regimento Interno do STJ.

186 O protocolo de Las Leñas é um instrumento jurídico que visa intensificar e promover cooperação jurídica em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa, visando o desenvolvimento das relações entre os países signatários. COMITÊ BRASILEIRO DE ARBITRAGEM. *Protocolo de Las Leñas*. Disponível em: <<http://cbar.org.br/site/legislacao-internacional/protocolo-de-las-lenas>>. Acesso em 28. out. 2017.

187 Artigo 20: As sentenças e os laudos arbitrais a que se refere o artigo anterior terão eficácia extraterritorial nos Estados Partes quando reunirem as seguintes condições: a) que venham revestidos das formalidades externas necessárias para que sejam considerados autênticos no Estado de origem; b) que estejam, assim como os documentos anexos necessários, devidamente traduzidos para o idioma oficial do Estado em que se solicita seu reconhecimento e execução; c) que emanem de um órgão jurisdicional ou arbitral competente, segundo as normas do Estado requerido sobre jurisdição internacional; d) que a parte contra a qual se pretende executar a decisão tenha sido devidamente citada e tenha garantido o exercício de seu direito de defesa; e) que a decisão tenha força de coisa julgada e/ou executória no Estado em que foi ditada; f) que claramente não contrariem os princípios de ordem pública do Estado em que se solicita seu reconhecimento e/ou execução. Idem.

Conforme disposto no CPC/2015 e no Regimento Interno do STJ, os requisitos para a homologação de decisão estrangeira são¹⁸⁸¹⁸⁹: a) ser proferida por autoridade competente; b) ser precedida de citação regular; c) ser eficaz no país em que foi proferida (ter sido transitada em julgado¹⁹⁰); d) autenticação dos documentos; e) não ofender a coisa julgada brasileira; f) estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a dispense prevista em tratado; g) não conter manifesta ofensa à ordem pública.

4.3.3.1 Competência do juiz prolator

O STJ, seguindo a mesma posição que adotava o STF quando era de sua competência a homologação de sentenças estrangeiras, nunca se intrometeu quanto a sistemática interna do país estrangeiro que prolatou determinada decisão, “verificando apenas se as regras atributivas de competência internacional daquele país permitiam que fosse ali julgada a causa¹⁹¹”.

Deste modo, a impugnação quanto a competência do juiz estrangeiro deverá prosperar somente se ofender a ordem pública brasileira, limitando-se assim a analisar os requisitos formais de competência, ou seja, verificar e o juiz prolator tem atribuição geral para aquele caso¹⁹².

Percebe-se que o Tribunal Superior brasileiro não se preocupa quanto às regras específicas de competência interna, ficando claro, deste modo, que a competência estrangeira, em alguns casos, como a ação de divórcio, partilha de bens, alimentos, é de competência concorrente.

O STJ renova a sua posição na Sentença Estrangeira Contestada (SEC) nº 4.127, afirmando que

segundo o sistema processual adotado em nosso País em tema de competência internacional (CPC, arts. 88 a 90), não é exclusiva, mas concorrente com a estrangeira, a competência da Justiça brasileira para, entre outras, a ação de divórcio, de alimentos ou de regime de guarda de filhos, e mesmo a partilha de bens que não sejam bens situados no Brasil. Isso significa que ‘a ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz

188 Art. 963, I-VI, CPC/2015.

189 Art. 216-C e 216-D, Regimento Interno do STJ.

190 Art. 216-D, III, Regimento Interno do STJ.

191 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 261.

192 Idem.

litispendência, nem obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas' (CPC, art. 90) e vice-versa¹⁹³.

Outrossim, o artigo 24 do CPC/2015 legitima a posição jurisprudencial¹⁹⁴, garantindo que ação interposta em território estrangeiro não induz litispendência *prima facie*, não constituindo óbice para a jurisdição brasileira conhecer do caso, exceto previsão em tratados internacionais e acordos bilaterais.

Quando a competência é exclusiva da justiça brasileira, prevista no art. 23¹⁹⁵ do CPC/2015, constitui-se em competência com efeito negativo, pois somente o Brasil possui jurisdição para o julgamento da *lide*, ensejando na denegação da homologação de sentenças proferidas no estrangeiro¹⁹⁶.

Em outra seara, Araujo informa que o art. 89, II¹⁹⁷ do já revogado CPC de 1973 foi amenizado ao passar dos anos, aplicando-se competência exclusiva em casos de inventário e partilha de bens *causa mortis*, sendo aceitas as partilhas realizadas no exterior em divórcios¹⁹⁸, quando acordado pelas partes¹⁹⁹.

Caso concreto que mostra tal mitigação do referido artigo está nos Embargos de Declaração na SEC 11.616, onde foi homologada a sentença estrangeira que decidiu a partilha de bens, determinando-se a venda de bem situado no Brasil, haja

193 SEC 4127. STJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 27/09/2012.

194 Art. 24. A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil. BRASIL. *Código de Processo Civil de 2015. Op. Cit.*

195 Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil; II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional; III - em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional. *Idem.*

196 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 262.

197 Art. 89. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: II - proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional. BRASIL. *Código de Processo Civil de 1973*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em 29. out. 2017.

198 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*

199 "Destaco que a regra referente à competência exclusiva da autoridade brasileira, com exclusão de qualquer outra, para conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil, aplica-se quando não houver composição entre as partes ou quando, havendo acordo, restar qualquer dúvida quanto à sua consonância com a legislação pátria. Acompanho, portanto, o *Parquet* por identificar nos autos que a partilha do bem imóvel situado no Brasil foi objeto de acordo entre os Requerentes". SE 916. STJ, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ14/06/2005.

vista que o STJ aplicava o art. 89 do CPC/1973 somente à sucessão *causa mortis*²⁰⁰.

No CPC de 2015, no art. 23, II²⁰¹, deixou claro que os bens situados no Brasil devem ser aqui analisados pela sua própria jurisdição, mostrando-se assim, uma posição mais extensiva quanto a interpretação do art. 89 do CPC/1973, pois inclui-se o instituto do testamento particular.

Por fim, impende salientar que decisões brasileiras prevalecerão em relação às sentenças estrangeiras que, eventualmente, venham demandar homologação, mesmo que o julgamento brasileiro não seja final²⁰².

4.3.3.2 Citação do réu

A citação do réu, corolário do princípio da ampla defesa e do contraditório, é essencial para a realização da homologação da sentença estrangeira. Sem esta, fica impossível a realização do ato cooperacional em estudo nesse capítulo.

O STF, reiteradamente, decidiu considerar as citações somente através de carta rogatória, recusando-se as promovidas por via postal ou por outros métodos. Entendia-se que a sua não observância, quanto à forma, gerava ofensa à ordem pública, pois somente com a carta rogatória garantia-se segurança jurídica para o réu. Se o mesmo comparecesse espontaneamente em juízo, ficaria suprida a questão²⁰³.

O STJ segue o mesmo caminho, afirmando que

para homologação de sentença estrangeira proferida em processo que tramitou contra pessoa residente no Brasil, revela-se imprescindível que a

200 EDcl na SEC 11.616. STJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 14/12/2015.

201 Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional. BRASIL. *Código de Processo Civil de 2015. Op. Cit.*

202 “A jurisprudência desta col. Corte é pacífica no sentido de que a existência de decisão no Judiciário brasileiro sobre a guarda e alimentos de menor, mesmo que em sede de liminar e após o trânsito em julgado da decisão alienígena, impede a homologação, sob pena de ofensa à soberania nacional”. SEC 12.116. STJ, Rel. Min. Felix Fischer, DJe 20/10/2015.

203 “Alegada submissão tácita à jurisdição estrangeira por força de entendimentos extraprocessuais entre advogados, sem mandato do réu, para o fim de aguardar instrução do cliente domiciliado no Brasil. Revelia que não significa aceitação da jurisdição estrangeira, aceitação aferível pela lei do tribunal do “exequatur”. Inexistência de submissão à jurisdição estrangeira também pela “lex fori”. Citação irregular por via postal, com dispensa de rogatória. Sentença a que se nega homologação.” SE 2.671. STF, Rel. Min. Antonio Nader, DJ 02/05/1980.

citação tenha sido por meio de carta rogatória, o que não ocorreu no presente caso²⁰⁴.

A falta dessa citação por carta rogatória constitui ofensa direta ao contraditório.

Contudo, na SE 89 (2016/0305869-7) admitiu-se o ato citatório no processo estrangeiro através da via postal, constituindo, desse modo, uma inovação positiva no ordenamento jurídico brasileiro, haja vista a celeridade dessa via²⁰⁵.

Sendo assim, reforça-se o argumento quanto ao desuso, e possível extinção, gradual da carta rogatória, haja vista que poderá ser usado a via postal para a realização de diligências citatórias estrangeiras.

4.3.3.3 Trânsito em julgado

O trânsito em julgado da sentença estrangeira é outro requisito de extrema importância para a efetivação da homologação no Brasil, pois necessário que “a decisão haja atingido um certo grau de estabilidade no país de origem²⁰⁶”. Consequentemente, a falta deste requisito implica na denegação da presente técnica de cooperação jurídica internacional.

Outrossim, é preciso comprovar, efetivamente, o requisito em estudo. Porém, não há qualquer normativa (nem no CPC, tampouco na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, muito menos no Regimento Interno do STJ) que direcione como deverá ser realizada a prova do trânsito em julgado de sentença estrangeira.

Todavia, importante respeitar a regra do *locus regit actum*, ou o local rege o ato, pois “é imperativo observar as peculiaridades do direito vigente no Estado onde

204 SEC 10/DF. STJ, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ 08/02/2011.

205 HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA. CONDENAÇÃO POR INADIMPLENTO CONTRATUAL. PESSOA JURÍDICA COM SEDE NO BRASIL. CITAÇÃO VIA POSTAL NO PROCESSO ALIENÍGENA. VALIDADE. OBSERVÂNCIA DA LEI LOCAL E DO CONTRATO. PEDIDO DEFERIDO. 1. O cumprimento dos requisitos relativos aos institutos processuais no processo alienígena deve obedecer as regras locais, daí porque não cabe arguição no sentido de que a citação não se deu nos termos da legislação processual pátria. 2. No caso, a realização do ato citatório no processo estrangeiro via postal está em conformidade com as leis vigentes no Estado em que prolatada a sentença e também de acordo com o pactuado no contrato. 3. Pedido de homologação deferido. SE 89 EX 2016/0305869-7. STJ, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ 18/10/2017.

206 MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Competência Internacional da Justiça Brasileira, Prova do Direito Estrangeiro in Garantia Constitucional do Direito à Jurisdição*. Rio de Janeiro: Revista Forense, vol. 343, p. 553.

a sentença houver sido proferida para auferir se houve ou não o trânsito em julgado”²⁰⁷.

Quando era de competência do STF, este realizava o juízo de valor quanto à comprovação do trânsito em julgado de duas formas²⁰⁸: a) declaração expressa, ou certidão, do tribunal estrangeiro; b) subsidiariamente, utilizava-se os arts. 409-411²⁰⁹ do Código Bustamante²¹⁰ para comprovar o direito estrangeiro, ante a falta do documento do tribunal estrangeiro.

O STJ, quando foi instituída sua competência para a homologação de sentenças estrangeiras, seguiu o mesmo raciocínio do STF, aplicando uma visão bastante ampla sobre o tema. Para o Tribunal, o trânsito em julgado significa que um processo estrangeiro tem uma sentença final, segundo o direito local. Assim, os pedidos de homologação deverão ser deferidos uma vez comprovada a condição de trânsito em julgado do processo estrangeiro originário.

Um caso julgado pelo STJ bastante interessante está na SE 922, onde a comprovação do trânsito em julgado do pedido homologatório deu-se através da certidão do arquivamento do processo originário²¹¹.

207 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 264-265.

208 Ibidem, p. 265.

209 Art.409. A parte que invoque a aplicação do direito de qualquer Estado contractante em um dos outros, ou della divirja, poderá justificar o texto legal, sua vigencia e sentido mediante certidão, devidamente legalizada, de dois advogados em exercicio no paiz de cuja legislação se trate; Art.410. Na falta de prova ou se, por qualquer motivo, o juiz ou o trubunal a julgar insufficiente, um ou outro poderá solicitar de officio pela via diplomatica, antes de decidir, que o Estado, de cuja legislação se trate, forneça um relatorio sobre o texto, vigencia e sentido do direito applicavel; Art.411. Cada Estado contractante se obriga a ministrar aos outros, no mais breve prazo possivel, a informação a que o artigo anterior se refere e que deverá proceder de seu mais alto tribunal, ou de qualquer de suas camaras ou secções, ou da procuradoria geral ou da Secretaria ou Ministerio da justiça. BRASIL. *Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18871-13-agosto-1929-549000-publicacaooriginal-64246-pe.html>>. Acesso em 30 out. 2017.

210 O Código Bustamante é uma convenção internacional especializada em Direito Internacional Privado, que intenta uniformizar o direito material atinente a essa matéria. Idem.

211 “Concluo que não há o que dissentir das argumentações do Subprocurador da República, visto que a irrecurribilidade da decisão pode ser aferida pelo carimbo apostado na sentença, o qual certifica que ocorreu o arquivamento em 28/10/2002 (fl. 26).” Esta Corte proferiu acórdão seguindo o mesmo entendimento quanto à comprovação do trânsito em julgado em SEC 32/EX, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 17/10/2005. Veja-se, em 2015, SEC 12.255 (STJ, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 29/10/2015), no mesmo sentido, em que o grande lapso temporal decorrido da separação (25 anos) foi considerado como uma presunção da ocorrência do transito em julgado. Sobre a admissibilidade do carimbo FILED para a comprovação do transito em julgado quando proveniente dos Estados Unidos, veja-se SEC 11.366”. SE 922. STJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Dje 05/10/2015.

Percebe-se, então, uma visão ampla do referido Tribunal quanto à prova do requisito em questão, pois

o trânsito em julgado pode receber tratamento e nomenclatura diversos nos diferentes ordenamentos jurídicos, sendo o bastante, para o fim da homologação, que a decisão homologanda ostente o caráter de definitividade e reúna as formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida²¹².

A Súmula 420 do STF corrobora a necessidade do trânsito em julgado para a homologação de sentença estrangeira: “Não se homologa sentença proferida no estrangeiro sem prova do trânsito em julgado²¹³”.

4.3.3.4 Autenticação dos documentos

Previsto no art. 216-C do Regimento Interno do STJ, o requerente do pleito cooperacional deverá comprovar a autenticidade dos documentos da decisão homologanda e de outros documentos indispensáveis, para que o STJ analise o pedido de homologação de decisão estrangeira.

O(s) documento(s) deverá(ão) ser consularizados através do consulado brasileiro do local de origem da sentença, sendo dispensável se a sentença tramitar pela via diplomática²¹⁴.

Importante mencionar que o Brasil promulgou em 2016 a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, em Haia, em 5 de outubro de 1961, mitigando e acelerando o processo de autenticação de documentos estrangeiros²¹⁵.

4.3.3.5 Não ofensa a coisa julgada brasileira

Outro requisito disposto no CPC refere-se a não ofensa à coisa julgada brasileira pela decisão estrangeira apta a ser homologada através do STJ. Segundo o art. 337, § 4º do CPC, “há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida

212 SEC 8958. STJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 18/11/2015.

213 STF. *Súmula* 420. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=4286>>. Acesso em 30 out. 2017.

214 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 265-266.

215 Ibidem, p. 266.

por decisão transitada em julgado”, sendo que “a decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida²¹⁶”.

Deste modo, constitui-se fato impeditivo à homologação, a ofensa à coisa julgada brasileira, haja vista que o objeto da *lide* já foi discutido e julgado em território brasileiro, exaurindo, assim, a jurisdição brasileira.

4.3.3.6 Tradução oficial

Os documentos referentes a decisão estrangeira e os documentos indispensáveis para a homologação deverão ser traduzidas por tradutor oficial ou juramentado, somente. Obrigação esta pois os referidos tradutores são dotados de fé pública.

O decreto nº 13.609 de 1943 regula o instituto dos tradutores públicos. Na falta de um tradutor para um idioma específico, há jurisprudência do STF no sentido de que a parte deverá providenciar um tradutor *ad hoc*²¹⁷.

Todavia, importante salientar que o STJ atenua o presente requisito quando o pedido homologatório tramitar pela via diplomática²¹⁸, pois constitui via segura.

4.3.3.7 Proibição de sentenças estrangeiras contrárias à ordem pública brasileira

Por fim, como último requisito para a homologação de sentenças estrangeiras, importante lembrar que a autoridade competente para a realização das técnicas de cooperação jurídica internacional não deverá analisar o mérito da decisão/pedido, exceto para verificar se houve violação à ordem pública e à soberania nacional. A afirmação não é diferente para a presente técnica cooperacional.

Araujo leciona que “a ordem pública funciona como uma válvula de escape, por força das regras de DIPr, quando é preciso impedir a aplicação da norma

216 Art. 503, CPC/2015.

217 SE 6.609. STF, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 06/12/2000.

218 “As exigências de que a sentença estrangeira esteja autenticada pelo cônsul brasileiro e de que tenha sido traduzida por tradutor juramentado no Brasil cedem quando o pedido de homologação tiver sido encaminhado pela via diplomática”. SEC 2.108. STJ, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe 25/6/2009.

estrangeira competente, sendo de caráter indeterminado e mutante²¹⁹. Deste modo, o tribunal competente para a homologação deverá recusar a aplicação da lei estrangeira em razão dos princípios norteadores da ordem constitucional²²⁰.

Entretanto, apesar de a jurisprudência entender que deve haver a recusa da aplicação da lei estrangeira em razão dos princípios constitucionais, ela não estabelece nenhum parâmetro de orientação para que os próximos pedidos de homologação não ofendam à ordem pública brasileira²²¹.

Deste modo, no contexto do ordenamento jurídico do Brasil deverão ser criados parâmetros para que os jurisdicionados vejam quando há ofensa no caso concreto. Caso contrário, o Estado brasileiro carece de segurança jurídica, haja vista o risco de existirem decisões diferentes para um mesmo tipo de caso.

4.3.4 Objeto da homologação

Os atos que estão propensos a serem homologados são, necessariamente, aqueles que contém conteúdo e efeitos típicos de sentenças²²², conforme posição do STF²²³, que foi adotada também pelo STJ.

Nadia de Araujo leciona que as decisões prolatadas por órgãos que não fazem parte do Poder Judiciário de países estrangeiros também são aptas a serem homologadas, desde que haja eficácia sentencial nas determinações/decisões estrangeiras²²⁴.

Caso prático que comprova a lição de Araujo está presente na SE 112/STJ, onde

219 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 268.

220 RAMOS, Rui Manoel, 1991, p. 239 *apud* ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 269.

221 SENTENÇA ESTRANGEIRA. EXTRADIÇÃO. A rejeição do pedido de extradição não tem o condão de afastar a competência fixada com base no princípio da territorialidade. Homologação indeferida, por ausência do interesse de agir, bem como por ofensa à ordem pública e à soberania nacional. Agravo improvido. STJ - AgRg na SE: 2875 PY 2007/0155662-0, Relator: Ministro BARROS MONTEIRO, Data de Julgamento: 13/03/2008, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJ 03.04.2008 p. 1.

222 Sentenças, segundo Fredie Didier Jr., são os pronunciamentos dos juízos singulares que encerram uma frase no processo, seja ela cognitiva ou executiva. DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015. v.2. - 10 ed., p. 306.

223 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016, p. 259.

224 Idem.

O Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida, observou que o divórcio no Japão é normalmente feito mediante ato administrativo, sendo, desta forma, aceito por nosso ordenamento jurídico como procedimento que produz efeitos equivalentes aos efeitos produzidos por sentença estrangeira de divórcio²²⁵.

Observa-se que a realização do ato, apto a ser tratado como sentença, em questão foi realizado pela via administrativa. Outros países também prolatam divórcios sem a presença do poder jurisdicional, como é o caso da Dinamarca, através de decreto real, e Israel, por intermédio de seu tribunal rabínico²²⁶.

Observa-se, desse modo, que as decisões que possuem eficácia de sentença geralmente são homologados pelo Brasil. Todavia, há um caso em que houve indeferimento do pleito cooperacional pois verificou-se que a decisão estrangeira não comportava efeitos sentenciais, tampouco de título judicial, mas somente o início do processo de execução²²⁷.

Outro caso de indeferimento foi quando notou-se que um laudo arbitral, foi anulado na sua origem. Deste modo, a sentença arbitral em questão, que também pode ser objeto de homologação²²⁸, não possuiu trânsito em julgado, não sendo apto a homologação no Brasil²²⁹.

225 SE 112. STJ, DJ.2.2.2006.

226 ARAUJO, Nadia de. *Op. Cit.*, 2016.

227 “Autos que revelam: a) tradução do mandado de execução, expedido pelo serventuário do Tribunal alemão, que corresponde à intimação para o pagamento de empréstimo bancário, com as especificações de praxe; b) documento deferindo a intimação para citar o requerido, no endereço apontado, formalizada por remessa via postal, “para fins de execução compulsória”, tratando-se, portanto, de medidas preliminares, equivalente ao protesto no direito brasileiro. 3. Inexistência de prova de que o devedor tivesse se escusado de pagar a dívida ou de que a demanda correu a sua revelia, pois aos autos foram juntados, apenas, procedimentos iniciais, com vistas à propositura da ação competente. Inocorrência da existência de uma decisão condenatória contra o requerido, mas apenas atos preliminares para a propositura de um processo executório. Não havendo sentença, não há que se falar em atendimento aos requisitos exigidos pelo art. 217 do RISTF.” SEC 855. STJ, Rel. Min. José Delgado, DJ 13/06/2005.

228 Art. 960. A homologação de decisão estrangeira será requerida por ação de homologação de decisão estrangeira, salvo disposição especial em sentido contrário prevista em tratado. § 3º A homologação de decisão arbitral estrangeira obedecerá ao disposto em tratado e em lei, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições deste Capítulo. BRASIL. *Código de Processo Civil de 2015*. Idem.

229 “[...] “O procedimento homologatório não acrescenta eficácia à sentença estrangeira, mas somente libera a eficácia nela contida, internalizando seus efeitos em nosso País, não servindo, pois, a homologação de sentença para retirar vícios ou dar interpretação diversa à decisão de Estado estrangeiro. Precedentes desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal. Na hipótese sob exame, sendo nulo na Argentina o presente laudo arbitral — por causa de decisão judicial prolatada naquele País, com trânsito em julgado devidamente comprovado nos autos —, nula é a sentença arbitral no Brasil que, por isso, não pode ser homologada [...]” SEC 5782. STJ, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 16/12/2015.

Impende mencionar também, por último, que os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados²³⁰.

Destarte, o objeto da técnica cooperacional em estudo nesse capítulo serão atos que possuam conteúdo e efeitos típicos de sentenças, sejam elas prolatadas pelo Poder Judiciário dos países estrangeiros ou não.

4.3.5 Recursos e procedimentos

O procedimento para a homologação de sentença estrangeira começa com a iniciativa do interessado, sendo esse processo de jurisdição contenciosa²³¹ pois dirime uma *lide* que intenta a homologação, devendo a petição inicial atender os requisitos do art. 319 do CPC²³² (e também os estudados no presente capítulo) além da sentença estrangeira e seus documentos indispensáveis, devidamente autenticadas e traduzidas por tradutor oficial ou juramentado e cancelados pela autoridade consular brasileira competente, quando for o caso²³³.

Importante mencionar que o valor da causa deverá corresponder, na maior medida possível, ao potencial ganho econômico que o requerente possa vir a ganhar com o reconhecimento de sua sentença estrangeira, calcado na premissa geral dos arts. 291 e 292 do CPC/2015²³⁴.

230 Art. 784, § 2º, CPC/2015.

231 LAGINSKI, Valdirene. *Homologação de sentença estrangeira*. Disponível em: <<http://laginski.adv.br/sinopses/dpc/homologacao.htm>>. Acesso em 01 nov. 2017.

232 Art. 319. A petição inicial indicará:
I - o juízo a que é dirigida;
II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;
IV - o pedido com as suas especificações;
V - o valor da causa;
VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;
VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. BRASIL. *Código de Processo Civil de 2015, Op. Cit.*

233 Art. 216-C, Regimento Interno do STJ.

234 Art. 291. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.

Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: I - na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação; II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a rescisão ou a rescisão de ato

Por conseguinte, quanto ao instituto da caução e do adiantamento de custas, estes estão dispensados no processo de homologação de sentenças estrangeiras. O primeiro, pois há construção jurisprudencial²³⁵ afastando a utilização do art. 83²³⁶ do CPC/2015 (antigo art. 835 do CPC/1973), e quanto às custas, previsão expressa no art. 1º, parágrafo único²³⁷, da Resolução nº 09/05 do STJ.

Após a iniciativa da parte no processo homologatório, o impulso oficial ocorre através do exame do Presidente do STJ da petição inicial, respeitando os requisitos já estudados no presente capítulo e, caso ausente algum destes ou em caso de irregularidade, o requerente será intimado, em prazo razoável, para emendar ou completar a inicial²³⁸, sob pena de extinção do processo.

Deferida a inicial, a parte requerida será citada para contestar o processo cooperacional, no prazo de 15 (quinze) dias²³⁹. Importante mencionar que a contestação poderá somente versar sobre os aspectos formais da sentença estrangeira ou sobre os requisitos da inicial, respeitando, deste modo, a coisa

jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida; III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor; IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido; V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles; VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor; VIII - na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal. BRASIL. *Código de Processo Civil de 2015, Op. Cit.*

235 HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA. CAUÇÃO. DESNECESSIDADE. LEI 9.307/96. APLICAÇÃO IMEDIATA. CONSTITUCIONALIDADE. UTILIZAÇÃO DA ARBITRAGEM COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ORDEM PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO DA RELAÇÃO DE DIREITO MATERIAL. OFENSA AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. INEXISTÊNCIA. REGRA DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO. FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. ART. 20, § 4º DO CPC. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DEFERIDO. I - Não é exigível a prestação de caução para o requerimento de homologação de sentença estrangeira. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. [...] X- Pedido de homologação deferido. STJ - SEC: 507 GB 2005/0209540-1, Relator: Ministro GILSON DIPP, Data de Julgamento: 18/10/2006, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: --> DJ 13/11/2006 p. 204.

236 Art. 83. O autor, brasileiro ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou deixar de residir no país ao longo da tramitação de processo prestará caução suficiente ao pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária nas ações que propuser, se não tiver no Brasil bens imóveis que lhes assegurem o pagamento. BRASIL. *Código de Processo Civil de 2015, Op. Cit.*

237 Art. 1º Ficam criadas as classes processuais de Homologação de Sentença Estrangeira e de Cartas Rogatórias no rol dos feitos submetidos ao Superior Tribunal de Justiça, as quais observarão o disposto nesta Resolução, em caráter excepcional, até que o Plenário da Corte aprove disposições regimentais próprias. Parágrafo único. Fica sobrestado o pagamento de custas dos processos tratados nesta Resolução que entrarem neste Tribunal após a publicação da mencionada Emenda Constitucional, até a deliberação referida no caput deste artigo. STJ. *Resolução 09/05*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/legislacao/doc.jsp?livre=cartas+rogat%F3rias&b=LEGI&p=true&t=&l=20&i=1>>. Acesso em 01. nov. 2017.

238 Art. 216-E, Regimento Interno do STJ.

239 Art. 216-H, *caput*, Regimento Interno do STJ.

julgada estrangeira²⁴⁰. Ademais, permite-se a reconvenção no processo de homologação de sentença estrangeira, podendo o demandado “postular o reconhecimento no Brasil de laudo ou parte do laudo²⁴¹ estrangeiro conexo àquele que constitui objeto do pedido feito pelo demandante, contrapondo-o²⁴²”. Assim, como a jurisdição desta técnica de cooperação internacional é contenciosa, não há vedação quanto ao cabimento do instituto da reconvenção²⁴³.

A citação ocorrerá, por via de regra, através de postal²⁴⁴, se o réu for domiciliado no Brasil, mas poderá ser realizado por mandado, através de carta de ordem, caso o requerente assim o solicite²⁴⁵. Todavia, caso o requerido estiver domiciliado em outro país, a citação será feita pelo modo estabelecido pelo seu ordenamento jurídico nacional, sendo assim, expedido a carta rogatória²⁴⁶. Sendo desconhecido ou incerto a localização do demandado, a sua citação se dará por edital, nos termos do arts. 256 e 257 do CPC. Importante salientar que caso o réu se torne revel ou seja incapaz, necessariamente será nomeado um curador para que o represente na demanda²⁴⁷.

Após a contestação do réu, é admitida a réplica e a tréplica da *lide* em cinco dias, consoante art. 216-J do Regimento Interno do STJ.

Impende citar que o Ministério Público terá vista dos autos pelo prazo de 15 (quinze) dias, podendo impugnar o pleito cooperacional, fundado nos aspectos de admissibilidade da demanda, de acordo com o art. 216-I do Regimento Interno do STJ. Ademais, o *Parquet*, atuando como fiscal da lei, também é responsável pelo zelo dos incapazes.

Neste passo, após todo esse trâmite, o processo de homologação poderá seguir dois caminhos distintos, com efeitos diferentes. Caso não haja contestação ao

240 Art. 216-H, parágrafo único, Regimento Interno do STJ.

241 A legislação processual brasileira permite a homologação parcial de decisão estrangeira, consoante art. 960, § 2º do CPC/2015, quando há matérias com competência exclusiva da jurisdição brasileira. “Em caráter exemplificativo, poder-se-ia argumentar sentença estrangeira de divórcio litigioso, que resultasse na dissolução do vínculo conjugal [...] partilha de bens imóveis situados no Brasil”. CAMBI, Eduardo *et al.* *Op. Cit.*, p. 1671.

242 ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Op. Cit.*, p. 243.

243 Idem.

244 Art. 246, I, CPC/2015.

245 Art. 247, V, CPC/2015.

246 ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Op. Cit.*, p. 243.

247 Art. 216-I, Regimento Interno do STJ.

pedido, a competência para a homologação será do Presidente do STJ. De outra maneira, caso haja impugnação à *lide*, o processo será distribuído para julgamento à Corte Especial do Tribunal, cabendo ao relator os demais atos relativos ao andamento e à instrução do processo, consoante arts. 216-A e 216-K, do Regimento Interno do STJ. A demanda poderá ser julgada monocraticamente nas hipóteses de jurisprudência consolidada no Tribunal.

Após o julgamento da demanda pelo Ministro Presidente, Relator, de forma monocrática, ou pela Corte Especial, entramos na esfera dos recursos. O art. 216-M do Regimento Interno informa que das decisões do Presidente do Tribunal ou do Relator caberá agravo interno, nos termos do art. 259²⁴⁸ do mesmo diploma legal, competindo ao órgão colegiado (Corte Especial) a análise do pleito cooperacional.

Todavia, para as ações julgadas pela Corte Especial do STJ, não caberá mais recursos internos ao Tribunal, haja vista a omissão do vocábulo “Corte Especial” no art. 216-M²⁴⁹, exceto embargos de declaração, com o objetivo de suprir omissões, contradições ou obscuridades, que também será possível para as decisões prolatadas pelo Relator ou pelo Ministro Presidente.

Interessante foi a mudança realizada pela Emenda Regimental nº 24 de 2016, pois as decisões, sejam elas de qualquer natureza material, prolatadas pelo Presidente ou pelo Relator, antes do advento de tal emenda regimental, poderiam ser objeto de reconsideração e, caso contrário, as submeteriam para a Corte Especial. Com a instituição da referida emenda, a reconsideração da decisão poderá somente se dar em Matéria Penal, conforme art. 258²⁵⁰ do Regimento Interno do STJ. Outrossim, a emenda também retirou a possibilidade de interposição de agravo regimental para as decisões da Corte Especial, que eram julgadas por eles mesmos.

Abbud aponta, como *ultima ratio* no âmbito dos recursos, a possibilidade da interposição de Recurso Extraordinário, de competência para o Supremo Tribunal

248 Art. 259. Contra decisão proferida por Ministro caberá agravo interno para que o respectivo órgão colegiado sobre ela se pronuncie, confirmando-a ou reformando-a. STJ. *Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Op.Cit.*

249 Art. 216-M. Das decisões do Presidente ou do relator caberá agravo. Idem.

250 Do Agravo Regimental em Matéria Penal (Redação dada pela Emenda Regimental n. 24, de 2016) Art. 258. A parte que se considerar agravada por decisão do Presidente da Corte Especial, de Seção, de Turma ou de relator, à exceção do indeferimento de liminar em procedimento de habeas corpus e recurso ordinário em habeas corpus, poderá requerer, dentro de cinco dias, a apresentação do feito em mesa relativo à matéria penal em geral, para que a Corte Especial, a Seção ou a Turma sobre ela se pronuncie, confirmando-a ou reformando-a. Idem.

Federal, para o julgamento do pleito cooperacional após esgotados o recurso cabível para este tipo de demanda.

Aponta o autor que

por mais que se indague sobre o risco de que o cabimento desse recurso retire celeridade ao procedimento homologatório, obviamente não há como afastá-lo, únicos precedentes emanados pelo Superior Tribunal de Justiça até o momento, inadmitiu-se o extraordinário interposto contra acórdão que homologou o laudo arbitral. Segundo se entendeu, não existe previsão legal do cabimento dessa via impugnativa contra acórdãos proferidos no processo homologatório²⁵¹.

Todavia, o autor não concorda com o entendimento da jurisprudência que inadmitiu o recurso extraordinário para o STF, haja vista que o cabimento desse recurso é relativo a causas decididas em única ou última instância, sendo tal previsão emanado pela Constituição, assim como suas hipóteses de admissibilidade²⁵².

Porém, a jurisprudência atual do STF já se posicionou sobre o tema, negando seguimento ao recurso extraordinário, haja vista que como a Emenda Constitucional nº 45/2004 transferiu a competência para a homologação de sentenças estrangeiras do STF ao STJ, seria contrário *ratio* da emenda e ofensivo à finalidade do recurso extraordinário transformá-lo em sede de revisão geral das decisões tomadas pelo STJ²⁵³.

Quanto à sucumbência, se o requerido não impugnou a demanda, é certo que não há qualquer dever de pagamento do demandado ao procurador do requerente, haja vista que não se pode condenar o réu ao pagamento de honorários apenas pelo fato dele ser polo passivo na relação jurídica²⁵⁴. Caso haja impugnação, aplica-se a sucumbência ao réu, fixando o juiz o montante a ser arbitrado²⁵⁵.

Por fim, quando a sentença homologada no ordenamento jurídico brasileiro demandar qualquer tipo de execução, esta será executada por carta de sentença, sendo a Justiça Federal a competente para dar início ao processo executório, conforme art. 216-N do Regimento Interno do STJ e art. 965, *caput*, sendo essencial ao pedido a juntada da cópia autenticada da decisão homologatória.

251 ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Op. Cit.*, p. 245.

252 Idem.

253 STJ. *RE 715400 SP*. Rel. Min. Roberto Barroso, Dje 14/11/2013.

254 ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Op. Cit.*, p. 247.

255 Idem.

4.3.6 Homologação de sentença arbitral estrangeira

A sentença (ou laudo) arbitral estrangeira também poderá ser objeto de homologação no ordenamento jurídico brasileiro, haja vista sua equivalência à condição de título executivo judicial²⁵⁶

Segundo a Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, ou Lei de Arbitragem, em seu art. 34, parágrafo único, “considera-se sentença arbitral estrangeira a que tenha sido proferida fora do território nacional”²⁵⁷.

A homologação de sentença arbitral estrangeira segue o mesmo regramento normativo que a homologação de sentença comum, disposto no CPC/2015 e do Regimento Interno do STJ, exceto quando houver normas específicas²⁵⁸ na Lei de Arbitragem, que serão aplicadas diante das normas gerais²⁵⁹.

Quanto ao tema, afirma Rechsteiner que a homologação dos laudos arbitrais estrangeiros

são influenciados fortemente pela Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional [...] que por seu lado adotou em grande parte as regras da Convenção de Nova Iorque [...] sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras²⁶⁰.

O laudo arbitral estrangeiro é uma consequência de uma heterocomposição de um conflito que envolve duas ou mais jurisdições distintas, garantindo poder de ação dos indivíduos distinta da jurisdicional, sendo respeitado o contraditório e a ampla defesa. Desta forma, a sentença arbitral estrangeira é o

ato de julgamento em sentido material, que resolve uma *lide* em caráter definitivo. Esse caráter, que o aproxima de uma sentença judicial, está por trás de exigência de que a produção de efeitos em outro país subordine-se a um controle prévio desse Estado²⁶¹.

Impende salientar que a homologação de laudos arbitrais constituem a consubstanciação do livre acesso à justiça, haja vista que o indivíduo poder optar pela via particular para a resolução de sua *lide*. Porém, não é desde sempre que a sentença arbitral é objeto de homologação pelo STJ, conforme se verá a seguir.

256 Art. 515, VIII.

257 Art. 34, parágrafo único, Lei 9.307/1996.

258 Por exemplo quando o objeto do litígio não for suscetível de ser resolvido por arbitragem, o pedido de homologação de sentença arbitral será denegado pelo STJ, consoante art. 39, I, da Lei de Arbitragem.

259 Art. 36, Lei 9.307/1996.

260 RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito internacional privado: teoria e prática*. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003, p. 263-264.

261 ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Op. Cit.*, p. 35.

4.3.6.1 *Leading case*

A homologação de sentenças arbitrais estrangeiras, assim como seu instituto, não era aceita no ordenamento jurídico brasileiro até o advento do julgamento da Sentença Estrangeira (SE) nº 5.206 pelo STF, o tribunal competente na época.

O caso em questão refere-se a intenção de uma empresa estrangeira homologar laudo arbitral advindo da Espanha no Brasil no ano de 1995. Inicialmente o pedido foi indeferido, pois esse tipo de sentença estrangeira não encontrava-se em nenhum parâmetro legal no ordenamento jurídico brasileiro. Porém, com o advento da Lei de Arbitragem, haveria a dispensa da homologação do referido laudo na jurisdição do país de origem.

Os Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira e Sydney Sanches votaram pelo indeferimento do recurso interposto quanto a homologação do laudo arbitral, haja vista que levantaram a questão da constitucionalidade da Lei 9.307, sob o argumento de que os dispositivos do diploma legal violam o acesso à justiça, sendo este um direito fundamental do cidadão (art. 5º, XXXV, CF).

Os demais Ministros na ocasião votaram pelo deferimento da homologação, principalmente Carlos Velloso, arguindo o avanço da lei arbitral no ordenamento jurídico brasileiro, bem como salientou que os direitos no caso em questão eram disponíveis, pois eram direitos patrimoniais. Sendo assim, as partes podem renunciar ao seu direito de recorrer a Justiça, consoante art. 5º, XXXV, pois a norma aponta um direito de ação, e não um dever²⁶².

Veja-se a ementa:

1.Sentença estrangeira: laudo arbitral que dirimiu conflito entre duas sociedades comerciais sobre direitos inquestionavelmente disponíveis - a existência e o montante de créditos a título de comissão por representação comercial de empresa brasileira no exterior: compromisso firmado pela requerida que, neste processo, presta anuência ao pedido de homologação: ausência de chancela, na origem, de autoridade judiciária ou órgão público equivalente: homologação negada pelo Presidente do STF, nos termos da jurisprudência da Corte, então dominante: agravo regimental a que se dá provimento, por unanimidade, tendo em vista a edição posterior da L. 9.307, de 23.9.96, que dispõe sobre a arbitragem, para que, homologado o laudo, valha no Brasil como título executivo judicial.

262 STF - SE-AgR: 5206 EP, Relator: SEPÚLVEDA PERTENCE, Data de Julgamento: 12/12/2001, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 30-04-2004 PP-00029 EMENT VOL-02149-06 PP-00958.

2. Laudo arbitral: homologação: Lei da Arbitragem: controle incidental de constitucionalidade e o papel do STF. A constitucionalidade da primeira das inovações da Lei da Arbitragem - a possibilidade de execução específica de compromisso arbitral - não constitui, na espécie, questão prejudicial da homologação do laudo estrangeiro; a essa interessa apenas, como premissa, a extinção, no direito interno, da homologação judicial do laudo (arts. 18 e 31), e sua conseqüente dispensa, na origem, como requisito de reconhecimento, no Brasil, de sentença arbitral estrangeira (art. 35). A completa assimilação, no direito interno, da decisão arbitral à decisão judicial, pela nova Lei de Arbitragem, já bastaria, a rigor, para autorizar a homologação, no Brasil, do laudo arbitral estrangeiro, independentemente de sua prévia homologação pela Justiça do país de origem. Ainda que não seja essencial à solução do caso concreto, não pode o Tribunal - dado o seu papel de "guarda da Constituição" - se furtar a enfrentar o problema de constitucionalidade suscitado incidentalmente (v.g. MS 20.505, Néri).

3. Lei de Arbitragem (L. 9.307/96): constitucionalidade, em tese, do juízo arbitral; discussão incidental da constitucionalidade de vários dos tópicos da nova lei, especialmente acerca da compatibilidade, ou não, entre a execução judicial específica para a solução de futuros conflitos da cláusula compromissória e a garantia constitucional da universalidade da jurisdição do Poder Judiciário (CF, art. 5º, XXXV). Constitucionalidade declarada pelo plenário, considerando o Tribunal, por maioria de votos, que a manifestação de vontade da parte na cláusula compromissória, quando da celebração do contrato, e a permissão legal dada ao juiz para que substitua a vontade da parte recalcitrante em firmar o compromisso não ofendem o artigo 5º, XXXV, da CF. Votos vencidos, em parte - incluído o do relator - que entendiam inconstitucionais a cláusula compromissória - dada a indeterminação de seu objeto - e a possibilidade de a outra parte, havendo resistência quanto à instituição da arbitragem, recorrer ao Poder Judiciário para compelir a parte recalcitrante a firmar o compromisso, e, conseqüentemente, declaravam a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 9.307/96 (art. 6º, parág. único; 7º e seus parágrafos e, no art. 41, das novas redações atribuídas ao art. 267, VII e art. 301, inciso IX do C. Pr. Civil; e art. 42), por violação da garantia da universalidade da jurisdição do Poder Judiciário. Constitucionalidade - aí por decisão unânime, dos dispositivos da Lei de Arbitragem que prescrevem a irrecorribilidade (art. 18) e os efeitos de decisão judiciária da sentença arbitral (art. 31)²⁶³.

Assim, o Brasil encampou o processo de utilização da arbitragem como método jurisdicional a partir de 1996, reconhecendo a possibilidade de homologar sentenças arbitrais estrangeiras, sendo, em 2015, o quarto país que mais utiliza a arbitragem como meio de resolução de controvérsias²⁶⁴.

263 Idem.

264 MOTTA JR, Aldemar *et al.* *Manual de Arbitragem para advogados*. Brasília: OAB – Conselho Federal, 2015, p. 37.

5. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, percebe-se a relevância do tema da cooperação jurídica internacional. Tal mecanismo tem valor primeiramente por garantir o acesso à justiça dos jurisdicionados que possuem uma *lide* transnacional, assim como a efetividade jurídico-administrativa, abarcando tanto os nacionais quanto os estrangeiros em determinado território. Outrossim, a cooperação internacional serve para dirimir conflitos que acontecem no âmbito interno de seu território que não podem ser resolvido por ato unilateral do Estado, necessitando cooperar com outra soberania para a satisfação dos interesses de seus jurisdicionados, respeitando-se os direitos fundamentais, no âmbito interno, e os direitos humanos na esfera internacional.

Diante disso, vislumbra-se que os Estados não necessariamente cooperam de modo voluntário, mas sim pois necessitam atender os interesses de seus nacionais em seus litígios para garantir a efetividade estatal.

Para a concretização dos interesses dos jurisdicionados, os países utilizam-se de técnicas cooperacionais. Primeiramente, estudou-se o auxílio direto e sua natureza célere, onde a autoridade central de um país da demanda solicita, sem interferência da via diplomática ou de algum juízo de delibação, diretamente a outra autoridade de um Estado diferente, requerendo atos judiciais não decorrentes de decisão de autoridade do Poder Judiciário estrangeira, podendo tal procedimento ser menos veloz em casos de prestação jurisdicional. Apesar disso, essa via, que teve seu advento no Código de Processo Civil de 2015, será de extrema importância para a ordem jurídica mundial pois facilita a troca de informações entre soberanias distintas de forma eficaz e rápida.

Quanto à carta rogatória, a sua utilização dá-se nos casos em que há decisões interlocutórias visando a realização de atos de natureza citatória, executória ou probatória. Contudo, calcula-se que essa técnica cooperacional cairá em desuso, pois percebe-se que o *exequatur* da carta rogatória e a homologação de decisão estrangeira são mecanismos substancialmente parecidos no ponto de vista

da utilização formal. Consequentemente, seria desnecessária a utilização da carta rogatória daqui em diante.

Quanto ao tema específico do trabalho da homologação de sentença estrangeira percebe-se dois problemas: a) o requisito da não ofensa à ordem pública brasileira não possui parâmetros que o identifiquem no caso concreto, deixando a mercê do STJ decidir ou não pela denegação da homologação pela falta deste requisito. Necessita-se a elaboração de preceitos jurisprudenciais que definam o que, de fato, é a ofensa à ordem pública, caso contrário, corre-se o risco de decisões divergentes sobre casos iguais, acarretando em perda da segurança jurídica; b) a grande morosidade que é o processo de homologação de sentença estrangeira, principalmente causado pelo juízo de delibação feito no STJ, que pode demorar ainda mais se a homologação necessitar execução no território brasileiro, pois passará pelo crivo da Justiça Federal.

Por fim, de fato que o Código de Processo Civil de 2015 normatizou, de forma mais específica que o diploma processual anterior, o mecanismo da cooperação jurídica internacional, gerando grandes avanços, principalmente com a instituição do auxílio direto, no ordenamento jurídico. Contudo, há um caminho grande a ser trilhado pelos legisladores brasileiros quanto a criação de um procedimento mais célere e minucioso quanto ao processo homologatório, pois há obstáculos, conforme supracitado, que deverão ser derrubados para uma maior efetividade da jurisdição e o aumento da segurança jurídica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADE, Denise Neves. Carta rogatória e o auxílio direto na cooperação jurídica internacional. In: RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (Org.). **Direito internacional privado e a nova cooperação jurídica internacional**. Belo Horizonte: Arraes, 2014.

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. **Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras**. São Paulo: Atlas, 2008.

ARAUJO, Nadia. A importância da cooperação jurídica internacional para a atuação do Estado brasileiro no plano interno e internacional. In: **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos**: cooperação em matéria penal. (Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)). 3. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

ARAUJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira** – 1. ed. – Porto Alegre : Revolução eBook, 2016.

BARBOSA JÚNIOR, Márcio Mateus. **Cartas rogatórias ativas e passivas no Direito contemporâneo**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11196>.

BECHARA, Fábio Ramazzini. **Cooperação jurídica internacional: equilíbrio entre eficiência e garantismo**. In: BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos : cooperação em matéria civil / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)**. – 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

BRASIL. **Código de Processo Civil de 1939**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm>.

BRASIL. **Código de Processo Civil de 1973**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>.

BRASIL. **Código de Processo Civil de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

BRASIL. **Decreto nº 6.982/1878**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6982-27-julho-1878-547801-publicacaooriginal-62676-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18871-13-agosto-1929-549000-publicacaooriginal-64246-pe.html>>.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos**: cooperação em matéria civil / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI). – 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

CAMBI, Eduardo et al. **Curso de processo civil completo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

CERVINI, Raúl; TAVARES, Juares. **Princípios de cooperação judicial penal internacional no protocolo do Mercosul**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

COMITÊ BRASILEIRO DE ARBITRAGEM. **Protocolo de Las Leñas**. Disponível em: <<http://cbar.org.br/site/legislacao-internacional/protocolo-de-las-lenas>>.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil**: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015. v.2. – 10 ed.

DIPP, Gilson. **A cooperação jurídica internacional e o Superior Tribunal de Justiça: Comentários à Resolução Nº 09/05**. In: BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos** : cooperação em matéria civil / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI). – 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

GASPAR, Renata Alvares. **O protocolo mercosurenho sobre medidas cautelares e o sistema jurídico brasileiro**: Uma pequena apreciação. Revista Brasileira de Direito Constitucional (RBDC): Revista do Programa de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Direito Constitucional. Escola Superior de Direito Constitucional (ESDC) – São Paulo: ESDC, 2010. N.15, p. 257-268, jan./jun. 2010.

HILL, Flávia Pereira. **Considerações sobre a cooperação jurídica internacional no Novo Código de Processo Civil**. In: Novo CPC doutrina selecionada, v. 1: parte geral, Coordenador geral Fredie Didier Jr., Organizadores Lucas Buril de Macêdo, Ravi Peixoto e Alexandre Freire. 2ª edição, Salvador: Juspodivm, 2016.

IMPrensa Nacional de Visualização dos Jornais Oficiais. **Diário Oficial da União de 17 de março de 2015**. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/03/2015&jornal=1&pagina=51&totalArquivos=128>>.

LAGINSKI, Valdirene. **Homologação de sentença estrangeira**. Disponível em: <<http://laginski.adv.br/sinopses/dpc/homologacao.htm>>.

LOULA, Maria Rosa Guimarães. **Auxílio direto**: novo instrumento de cooperação jurídica internacional civil. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MARTINEZ, Gregório Peces-Barba. **Curso de derechos fundamentales. Teoría General**. Universidade Carlos III de Madrid. Madrid: Boletín Oficial Del Estado, 1999.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Código de Processo Civil comentado artigo por artigo**. São Paulo: RT, 2008.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do Direito**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MCCLEAN, David. **International Co-operation in Civil and Criminal Matters**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 1993.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 7ª edição, São Paulo: Saraiva, 2012.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Competência Internacional da Justiça Brasileira, Prova do Direito Estrangeiro** in Garantia Constitucional do Direito à Jurisdição. Rio de Janeiro: Revista Forense, vol. 343.

MOTTA JR, Aldemar *et al.* **Manual de Arbitragem para advogados**. Brasília: OAB – Conselho Federal, 2015.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. **A Cooperação Jurídica Internacional no Novo Código de Processo Civil**. Revista CEJ, Brasília, Ano XIX, n. 67, p. 18-34, set./dez. 2015.

PORTELA, Paulo. **Direito internacional público e privado**. Salvador: Juspodivm, 2010.

RAMOS, André de Carvalho. **O novo direito internacional privado e o conflito de fontes na cooperação jurídica internacional**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 621-647, jan./dez. 2013.

RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (Org.). **Direito internacional privado e a nova cooperação jurídica internacional**. Belo Horizonte: Arraes, 2014.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática**. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 15. ed. rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2014

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25ª edição, São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. **Auxílio Direto, Carta Rogatória e Homologação de Sentença Estrangeira**. Repro 128. Ano 30. Outubro 2005.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. **Cooperação jurídica internacional e auxílio direto**. Revista CEJ, Brasília, v. 10, n. 32, p. 75-79, jan./mar. 2006.

STF. **CR 2963 AT**, Relator: Min. ANTONIO NEDER, Data de Julgamento: 26/03/1979, Data de Publicação: DJ 20-04-1979.

STF. **PROTOCOLO DE MEDIDAS CAUTELARES**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/forumCorteSupremaNorma/forumCorteSupremaNorma_AP_75312.pdf>.

STF. **SE 2.671**, Rel. Min. Antonio Neder, DJ 02/05/1980.

STF. **SE-AgR: 5206 EP**, Relator: SEPÚLVEDA PERTENCE, Data de Julgamento: 12/12/2001, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 30-04-2004 PP-00029 EMENT VOL-02149-06 PP-00958.

STF. **Súmula 420**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=4286>>.

STJ. **AgRg na SE 2875 PY 2007/0155662-0**, Relator: Ministro BARROS MONTEIRO, Data de Julgamento: 13/03/2008, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJ 03.04.2008 p. 1.

STJ. **EDcl na SEC 11.616**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 14/12/2015.

STJ. **CR 44**, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ 08/09/2005.

STJ, **CR 2260**, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ 12/06/2007.

STJ. **CR 2794**, Rel. Min. Barros de Monteiro, DJ 09/11/2007.

STJ. **CR 9563 – AgRg na EX 2014/0267817-9**, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 04/02/2015, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 09/03/2015.

STJ. **Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional//index.php/Regimento/article/view/532/3397>>.

STJ. **SE 89 EX 2016/0305869-7**, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ 18/10/2017.

STJ. **SE 112**, DJ.2/2/2006.

STJ. **SE 916**, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ14/06/2005.

STJ. **SE 922**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Dje 05/10/2015.

STJ. **SEC 10/DF**, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ 08/02/2011.

STJ. **SEC 507 GB 2005/0209540-1**, Relator: Ministro GILSON DIPP, Data de Julgamento: 18/10/2006, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: --> DJ 13/11/2006 p. 204.

STJ. **SEC 855**, Rel. Min. José Delgado, DJ 13/06/2005.

STJ. **SEC 2108**, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe 25/6/2009.

STJ. **SEC 4127**, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 27/09/2012.

STJ. **SEC 5782**, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 16/12/2015.

STJ. **SEC 8958**, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 18/11/2015.

STJ. **SEC 12.116**, Rel. Min. Felix Fischer, DJe 20/10/2015.

STJ. **RE 715400 SP**. Rel. Min. Roberto Barroso, Dje 14/11/2013.

STJ. **Resolução 09/05**. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/legislacao/doc.jsp?livre=cartas+rogat%F3rias&&b=LEGI&p=true&t=&l=20&i=1>>.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

TESHEINER, José Maria; e, FERRARO, Felipe Waquil. **Coperação jurídica internacional no Novo Código de Processo Civil: sentença estrangeira, carta rogatória e auxílio direto**. In: Novo CPC doutrina selecionada, v. 1: parte geral, Coordenador geral Fredie Didier Jr., Organizadores Lucas Buril de Macêdo, Ravi Peixoto e Alexandre Freire. 2ª edição, Salvador: Juspodivm, 2016.

TOFFOLI, José Antonio Dias; CESTARI, Virgínia Charpinel Junger. **Mecanismos de Cooperação Jurídica Internacional no Brasil**, p. 5. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/1070064>>.